



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
MONOGRAFIA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

CARLOS EDUARDO BEZERRA MARQUES

A “ARTESANIA” DA GREVE

Uma análise sobre o processo de construção das greves dos bancários do Ceará no período de 2003-2018

FORTALEZA

2019

CARLOS EDUARDO BEZERRA MARQUES

A “ARTESANIA” DA GREVE

Uma análise sobre o processo de construção das greves dos bancários do Ceará no período de 2003-2018

Monografia apresentada ao Curso de
Ciências Sociais, do Departamento
De Ciências Sociais, da Universidade
Federal do Ceará como requisito para a obtenção
do título de Bacharel em Ciências Sociais
Orientador: Prof. Antônio Cristian Saraiva Paiva

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M316" Marques, Carlos Eduardo Bezerra.

A "Artesania" da Greve : Uma análise sobre o processo de construção das greves dos bancários do Ceará no período de 2003-2018 / Carlos Eduardo Bezerra Marques. – 2019.
90 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Ciências Sociais, Fortaleza, 2019.

Orientação: Prof. Dr. Antônio Cristian Saraiva Paiva.

1. Sindicalismo. 2. Greve. 3. Bancários. 4. Organização. 5. Mundo do Trabalho. I. Título.

CDD 300

CARLOS EDUARDO BEZERRA MARQUES

A “ARTESANIA” DA GREVE

Uma análise sobre o processo de construção das greves dos bancários do Ceará no período de 2003-2018

Monografia apresentada ao Curso de
Ciências Sociais, do Departamento
De Ciências Sociais, da Universidade
Federal do Ceará como requisito para a obtenção
do título de Bacharel em Ciências Sociais

Aprovada em: ___ / ___ / ____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Antônio Cristian Saraiva Paiva (Orientador)

Universidade Federal do Ceará

Profª. Monalisa Soares Lopes

Universidade Federal do Ceará

Prof. José Estevão Machado Arcanjo

Universidade Federal do Ceará

RESUMO

Esta monografia aborda a organização do movimento sindical bancário na construção da greve como instrumento de luta da classe trabalhadora. Tomamos como análise as greves realizadas pelos Sindicato dos Bancários do Ceará durante a década de 2000. Para concretizar essa análise foram realizadas consultas em fontes da imprensa sindical nacional e local, no acervo do próprio Sindicato dos Bancários, além de entrevistas com militantes sindicais e do mundo do trabalho. O objetivo final deste trabalho é demonstrar que a greve é o instrumento final de luta dos trabalhadores na defesa de seus direitos e que é parte de um processo de organização para que ela aconteça e tenha êxito. A categoria bancária tem peculiaridades e rituais próprios para esse processo de organização e nós demonstramos aqui essa dinâmica, assim como levantamos a história do movimento sindical, do movimento sindical bancário e das formas de luta e de trabalho da categoria.

Palavras-chave: Sindicalismo. Greve. Bancários. Militância. Mundo do Trabalho. Organização. Dinâmica

ABSTRACT

This monograph approaches the organization of the union movement of the bankers in the construction of the strike as a struggle instrument of the workers. In questions, the analysis of the strikes that was happen for the Sindicato dos Bancários do Ceará in the decade of 2000. In order to realize this analysis, researches were done at the trade union press, national and local, at the Sindicato dos Bancários collection beyond interviews with militants of the trade union and the world of the work. The final objective is proves that the strike is the last instrument of the struggle of the workers in the defense of their rights and it is part of the organization process for it to happen and is successful. Workers of the banks have own peculiarites and ritual for the organization process and we have been to show here this dynamics. Beside it, we showed up the syndical history, the syndical bankers history and the banker's ways of the struggle and the work.

KEYWORDS: Unionism. Strike. Bank officers. Militancy. World of work. Organization. Dynamic.

AGRADECIMENTOS

À minha família, especialmente, meus pais, esposa e filhas, que sempre me apoiaram, e apoiam, em todos os projetos de minha vida, sejam eles particulares ou profissionais.

Ao Prof. Antônio Cristian Saraiva Paiva, pelos conselhos e pela orientação desse trabalho que agora apresento à sociedade e à comunidade acadêmica desta Universidade.

À professora Neyára Araújo, minha primeira orientadora, que me auxiliou no início deste trabalho e fez sugestões e colaborações importantes quando esta pesquisa estava apenas no campo das ideias.

Aos demais professores participantes da Banca Examinadora, por seu tempo dedicado à análise deste trabalho e por suas colaborações e sugestões.

Aos demais professores deste curso por suas colaborações para meu crescimento acadêmico durante todos esses anos.

Aos entrevistados por seu tempo concedido nas entrevistas e sua valorosa contribuição a este trabalho.

Aos dirigentes e funcionários do Sindicato dos Bancários do Ceará, por toda a colaboração e ajuda não somente com relação a este trabalho, mas por nossa luta diária em defesa da nossa categoria e dos direitos da classe trabalhadora.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
-------------------------	---

Capítulo 1

1. O Movimento Sindical Brasileiro	12
1.1. Movimento Operário: Origem	12
1.1.1. O “Novo Sindicalismo”	18
1.2. O Movimento Sindical Bancário e o Sindicato do Ceará	25
1.2.1. O Sindicato do Ceará	28
1.2.2. As greves e a construção da unidade nacional da categoria bancária	33

Capítulo 2

2. A greve Como Instrumento de Luta dos Trabalhadores	39
2.1. Classe Dominante x Classe Dominada	39
2.2. A Importância dos sindicatos na luta de classe.....	42
2.3. As mudanças no modo de produção do trabalhador bancário	45
2.4. O bancário como vendedor – a mercantilização do trabalho	49
2.4.1. Agências Bancárias versus Agências de Negócios	54
2.5. A greve como instrumento de luta dos trabalhadores	55

Capítulo 3

3. A “Artesania” da greve dos bancários	57
---	----

3.1. A dinâmica da greve	57
3.1.1. Campanha de Mídia: O diálogo com a categoria e com a sociedade	60
3.2. Como a categoria bancária retomou o instrumento da greve	63
3.3. A greve de 2004	69
3.4. O que surgiu após a greve de 2004	71
3.5. De 2005 a 2015: período de lutas e conquistas	72
3.5.1. A política de aumento real	76
3.6. Campanhas de 2016/2017 e 2018/2019: os acordos de dois anos	78
3.6.1. 2018: a luta pela manutenção dos direitos	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	93
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

O objeto principal deste trabalho é o sindicalismo brasileiro e sua atuação em defesa da classe trabalhadora, destacando, sobretudo, a importância da greve para as conquistas dos trabalhadores, bem como os seus rituais próprios. Seu surgimento está diretamente ligado à busca pela conscientização do trabalhador enquanto classe e na sua organização na luta por seus direitos.

O movimento operário no Brasil foi um tanto tardio, pois a industrialização no País aconteceu cerca de um século depois do desenvolvimento deste processo na Europa, por exemplo. A economia em nosso país era prioritariamente agrícola, fornecedora de matéria prima e, mantida com mão de obra escrava, não havia ainda lugar para as fábricas. Com o fim da escravidão, em 1888, o Brasil se viu obrigado a procurar outro tipo de mão de obra e recorreu aos imigrantes, em sua maioria, europeus.

Com isso iniciou-se uma nova fase com o advento da classe operária. Entretanto, as condições de trabalho e de moradia eram precárias, o que motivou o surgimento das associações e sindicatos, que passaram a atuar na luta pela melhoria da qualidade de vida e das condições de trabalho desses operários. Foi aí que a greve se mostrou um instrumento fundamental para a conquista desses direitos. E essa importância seguiu pelas demais décadas, arrefecendo ou se fortalecendo de acordo com a conjuntura política do país. O sindicalismo brasileiro enfrentou perseguições na era Vargas e durante a ditadura militar, mas se fortaleceu com a reabertura política no final da década de 70 e toda a década de 80. Novo período de estagnação aconteceu na década de 90 com o advento da política neoliberal e das constantes ameaças aos empregados de empresas públicas e voltando a se intensificar durante os anos 2000, com a eleição do ex-sindicalista Luís Inácio Lula da Silva, quando o caráter progressista de seu governo estabeleceu condições para a reabertura do diálogo entre patrões e empregados, aliado a uma época de crescimento econômico, que também favoreceu a luta dos trabalhadores.

Recortamos esse trabalho para o universo do movimento sindical bancário, onde contaremos seu histórico, suas conquistas e sua forma de organização, dentro e fora do período da campanha salarial.

Apresentamos todo esse período histórico no primeiro capítulo deste trabalho, denominado “O Movimento Sindical Brasileiro”.

Em seguida, apresentamos uma breve análise sobre conceitos importantes a partir de uma pesquisa bibliográfica, como classe dominante x classe dominada, luta de classes, mudanças nas rotinas de trabalho ao longo dos séculos, automação do trabalho bancário e a importância da atuação dos sindicatos de trabalhadores e das greves para a conquista de direitos da classe trabalhadora. Os conceitos utilizados neste trabalho foram baseados nas obras de Marx e Lênin. Mesmo quando utilizadas obras de outros pesquisadores, os conceitos bases eram aqueles utilizados por eles.

Por fim, utilizaremos como recorte para este trabalho as análises das greves realizadas pela categoria bancária nos anos 2000, sobretudo, a partir de 2003 (foram 13 delas), quando o governo Lula tomou posse e a categoria bancária voltou a se organizar para recuperar perdas da década passada e buscar novas conquistas, diante da perspectiva de um governo popular e pré-disposto ao diálogo com a classe trabalhadora. Nessa etapa do trabalho, pretendemos detalhar a “artesanía”¹ da greve: como ela é construída, como a categoria se organiza, como o movimento é deflagrado, e como o sentem aqueles que dela participam como parte integrante da organização e condução do movimento grevista.

Para realizarmos esse objetivo, utilizamos uma análise empírica do processo, relatando um pouco de nossa própria experiência à frente da entidade Sindicato dos Bancários do Ceará na condução do processo de construção da campanha salarial da categoria e do movimento grevista, que entre 2003 e 2016 se repetiu por todos os anos².

¹ “Artesanía” aqui no sentido de demonstrar que a greve dos bancários é construída detalhadamente por várias mãos em um processo articulado nacionalmente, de modo a fortalecer o poder de negociação da categoria. Pretendemos nesse trabalho demonstrar a articulação desse processo.

² Em 2016, a categoria assinou uma Convenção Coletiva com vigência de dois anos, aplicando reajuste automático em 2017, portanto, não houve greve. Já em 2018, também se assinou um contrato de dois anos, entretanto, as negociações foram encerradas e a Convenção assinada sem a necessidade de uma greve da

Para além dessa experiência pessoal, contaremos ainda com relatos de um sindicalista e de um economista que contam suas experiências relativas ao movimento sindical bancário e enriquecem a pesquisa empírica deste trabalho³.

Utilizamos ainda as análises e material de comunicação elaborados por publicações do próprio Sindicato dos Bancários do Ceará e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), além de material bibliográfico coletado por outros pesquisadores do movimento sindical bancário.

Esperamos dessa forma contar a história do movimento sindical, de suas lutas e de suas estratégias singulares, mostrando um pouco dos bastidores de um dos momentos mais cruciais para a luta da classe trabalhadora: a greve. Queremos mostrar com esse trabalho que a categoria bancária tem uma das principais organizações do movimento sindical brasileiros e que, através de suas estratégias, que se mostraram acertadas ao longo do tempo, se tornou uma espécie de espelho para as demais categorias de trabalhadores no Brasil.

categoria. Um reajuste automático também será aplicado em 2019. Detalhes dessas campanhas serão apresentados no capítulo 3 deste trabalho.

³ Essas entrevistas estarão disponíveis nos anexos deste trabalho.

CAPÍTULO 1

O Movimento Sindical Brasileiro

1.1. Movimento Operário: origem

Para entender plenamente a greve como instrumento de luta da classe trabalhadora é necessário fazermos um resumo histórico do movimento operário no Brasil.

O processo industrial no Brasil surgiu cerca de um século depois da industrialização na Europa. Afinal, por muito tempo, o país foi um mero fornecedor de matéria prima para os portugueses: cana de açúcar, madeira, ouro, couro, café etc. Com uma estrutura essencialmente agrícola e com a utilização de mão-de-obra escrava, não havia espaço para fábricas. De acordo com Pares (1990), para financiar suas navegações, Portugal contraiu muitas dívidas e precisava de dinheiro rápido. Nesse período, colonial, o governo português estava em busca de mercadorias que dessem retorno aos seus investimentos, assim “envia ao Brasil algumas expedições de caráter explorador (tentando encontrar ouro) ou punitivo (para impedir que outras nações ocupassem o território)”, (Pares, 1990, p. 6).

Após o fim da escravidão, em 1888, o Brasil se viu obrigado a substituir a mão-de-obra escrava por trabalhadores assalariados. No início dos anos 1900 chegaram ao Brasil cerca de um milhão de imigrantes, vindos basicamente da Itália, Espanha, Portugal e Alemanha, onde a industrialização já era uma realidade: conheciam o funcionamento das fábricas, mas também tinham noção de luta operária.

Assim, em pouco tempo, mais de 90% dos trabalhadores urbanos eram imigrantes europeus e, com a chegada deles, iniciou-se no Brasil uma nova fase para a classe operária, com o processo de politização do operariado brasileiro e a difusão de ideias socialistas por parte dos intelectuais. Nessa mesma época, surgiram também os primeiros jornais operários, importantes instrumentos de mobilização e politização do operariado.

Nesse período, também por influência dos imigrantes (em sua maioria italianos, alemães, japoneses, poloneses, entre outros), as ideias difundidas entre a classe operária

eram baseadas no Anarquismo, ideologia política que se opõe a todo tipo de hierarquia e dominação. O movimento anarquista lutava basicamente por questões econômicas e sociais (melhores salários e condições de trabalho). Isso se devia, principalmente, ao desenvolvimento da nascente (e tardia) indústria brasileira. Os anarquistas, a maioria imigrantes acostumados a um outro nível de industrialização, reivindicavam para o operário brasileiro aquilo que já eram acostumados a ter em seus países de origem.

Os imigrantes, enganados por promessas nunca cumpridas, trouxeram experiências de luta muito mais avançadas do que as que haviam no Brasil, e é a partir deles que se organizou o anarquismo, que foi a posição hegemônica no movimento operário brasileiro no período de nascimento e consolidação da indústria (MIRANDA, 2011, p. 1)

De acordo com Miranda (2011), péssimas condições de trabalho, ambientes insalubres, jornadas de 14 ou 16 horas eram comuns, assim como a exploração do trabalho de mulheres e até crianças. Além disso, os salários eram baixos e sem qualquer direito protetivo.

As limitações do ideário dos anarquistas propiciaram seu isolamento e, conseqüentemente, tornou o movimento presa fácil para as forças repressoras do Estado. Com a Revolução Soviética (1917)⁴ surgiram as bases para a formação de um novo partido e do papel do Estado.

A partir dos anos 20, com a influência das ideias comunistas, disseminadas após a Revolução Russa, e a criação do Partido Comunista Brasileiro – PCB, em 1922, a corrente ideológica do movimento operário foi se transformando: de anarquistas

⁴ A Revolução Russa de 1917 foi um período de conflitos que derrubou a monarquia russa e levou ao poder o Partido Bolchevique, de Vladimir Lênin. Recém-industrializada e sofrendo com a Primeira Guerra Mundial, a Rússia tinha uma grande massa de operários e camponeses trabalhando muito e ganhando pouco. Além disso, o governo absolutista do czar Nicolau II desagradava o povo que queria uma liderança menos opressiva e mais democrática. A soma dos fatores levou a manifestações populares que fizeram o monarca renunciar e, no fim do processo, deram origem à União Soviética, o primeiro país socialista do mundo, que durou até 1991.

passaram a caminhar pela tendência comunista, adotando o chamado leninismo⁵ (que pregava a “ditadura do proletariado” – o trabalhador no poder).

De acordo com o documentário produzido pelo Dieese (1983), “Nossos Bravos”, os operários começaram a se organizar em torno de associações de socorro mútuos, associações criadas pelos próprios operários para ajudar os companheiros em casos de doenças, acidentes, mortes e outros incidentes. Depois surgiram as Ligas da Resistência, que se propunham a organizar os trabalhadores nas lutas contra os patrões, que naturalmente foram evoluindo para a formação dos sindicatos. Inclusive, a primeira central sindical, a Confederação Operária Brasileira, a COB, foi criada com a ajuda dessas ligas, em 1906. Nesse período foram registradas cerca de 400 greves.

É neste momento que surgem os sindicatos; estes nasceram dos esforços da classe operária na sua luta contra o despotismo e a dominação do capital. Os sindicatos têm como finalidade primeira impedir que os níveis salariais coloquem-se abaixo do mínimo necessário para a manutenção e sobrevivência do trabalhador e sua família. (ANTUNES, 1979, p. 12)

O documentário do Dieese conta ainda que em 1917 ocorreu a maior greve geral do período, paralisando os principais núcleos operários do estado de São Paulo, com repercussão no Rio de Janeiro. O episódio foi importante porque pela primeira vez a classe operária e a classe dominante entraram em confronto. Até mesmo o governo foi obrigado a negociar com os trabalhadores grevistas. O movimento teve início nas tecelagens de São Paulo e os operários reivindicavam melhores salários, melhores condições de trabalho, diminuição da jornada, respeito ao direito de organização, entre outras pautas. A repressão ao movimento acabou matando o sapateiro anarquista Alberto Martinez, o que acabou fortalecendo ainda mais o movimento. Os constantes conflitos entre os operários e as forças policiais ajudaram a criar os Comitês de Defesa Proletária, formados por socialistas e anarco-sindicalistas. O movimento foi ganhando a adesão de diversos operários de vários lugares do estado e, em pouco tempo, o movimento contava com cerca de 70 mil trabalhadores. A cidade de São Paulo parou completamente e os

5 Corrente política surgida pelo rompimento político com o economicismo da socialdemocracia europeia no começo do século XX.

patrões foram obrigados a conceder o reajuste salarial e prometeram não dispensar os grevistas. Essa foi a primeira negociação coletiva de que se tem notícia no Brasil.

Nessa época, os patrões não reconheciam os direitos trabalhistas e quando queriam ser ouvidos, os operários faziam greve para forçar um canal de negociação. A greve, nesse período, era o único meio de o trabalhador ser ouvido pelo patronato. A abertura de canais de negociação foi a principal vitória da greve de 1917 em São Paulo. Foi quando o trabalhador passou a ser visto como uma classe social importante.

A década de 20 foi bastante conturbada e recheada de dificuldades, sobretudo financeiras, devido à Primeira Guerra Mundial (1914-1918). A classe operária era a mais atingida por essa crise econômica mundial e as perseguições, prisões e fechamento/intervenções de sindicatos eram constantes. A situação ficou ainda mais difícil na Era Vargas (1930-1945), quando o governo federal passou a exercer controle total sobre os sindicatos. Nesse período, a repressão foi muito forte e o movimento grevista acabou recrudescendo por uma série de motivos.

Fazendo um breve retrospecto, quando Getúlio Vargas assumiu o poder, após liderar a Revolução de 30 liderada, o Brasil passou a ser um país industrial e a classe operária ganhou mais importância. Entretanto, Vargas atrelou a estrutura sindical ao Estado, prejudicando as bases sociais e políticas do movimento sindical. Por um lado, o governo Vargas criou uma estrutura sindical corporativista, atrelada ao Estado, transformando os sindicatos em órgãos burocratizados e desvinculados de suas bases. Por outro, criou também instrumentos e proteções trabalhistas que até bem pouco tempo atrás ainda vigoravam e existiam tais como foram criadas: o Ministério do Trabalho, a Justiça do Trabalho e a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)⁶. Segundo Leite (1987), o

⁶ A Reforma Trabalhista no Brasil de 2017 foi uma mudança significativa na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) instrumentalizada pela lei Nº 13.467 de 2017. Segundo o governo, o objetivo da reforma foi combater o desemprego e a crise econômica no país. O projeto de lei foi proposto pelo ex-presidente Michel Temer e foi aprovado na Câmara dos Deputados em 26 de abril de 2017 e no Senado Federal em 11 de julho. A lei passou a valer no país a partir de 11 de novembro do mesmo ano. A reforma foi criticada pela Central Única dos Trabalhadores e outros sindicatos, pelo Ministério Público do Trabalho, pela Organização Internacional do Trabalho, entre outros. Todos alegavam que a reforma violaria a constituição brasileira e convenções internacionais assinados pelo Brasil e que seria um "grave retrocesso social". Algumas mudanças promovidas pela nova lei alteram a contribuição sindical, banco de horas, demissão, descanso, férias, gravidez, home office, jornada de trabalho, multa, negociação, plano de cargos e salários,

governo Vargas procurou utilizar-se dessa vasta regulamentação das leis trabalhistas como forma de criar uma base de sustentação junto à classe trabalhadora. Vargas buscava dessa forma “conter a pressão operária e criar condições para difundir a ideologia do trabalhismo, marcada por um forte conteúdo manipulador, que vinha se somar à desmobilização imposta aos trabalhadores, através do controle de suas entidades de classe” (LEITE, 1987, p. 27).

Leite (1987) esclarece ainda que, embora usada como moeda de troca, a legislação trabalhista não foi de todo doada por Vargas, mas fruto também da mobilização de uma ala da classe trabalhadora desvinculada dos sindicatos oficiais do governo e por aqueles que já lutavam em favor da classe operária antes desse período da nossa história.

Voltando à trajetória de Vargas, em 1931, ele iniciou as intervenções trabalhistas e decretou a Lei 19.770 que criou normas para o reconhecimento sindical e transformou os sindicatos em instituições de direito público. Com a criação dos sindicatos oficiais, a palavra *pelego* passou a ser utilizada para denominar dirigentes sindicais nomeados pelo governo e defensores da ideologia governista. Entretanto, trabalhadores e sindicatos combativos ainda resistiam e conquistaram direitos importantes como férias, descanso semanal remunerado, jornada de oito horas, regulamentação do trabalho da mulher etc.

A luta operária só voltou realmente a se intensificar com o fim de Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a queda do Estado Novo de Vargas. Com o processo de abertura política iniciado nesse período começaram a ressurgir as lideranças operárias e os partidos.

Entre 1940 e 1953, a classe trabalhadora dobra seu contingente. Já são 1,5 milhão de trabalhadores nas indústrias e as greves tornam-se frequentes. Em 1947, sob o governo do marechal Dutra, mais de 400 sindicatos sofreram intervenção. Em 1951 houve quase 200 paralisações; em 1952, 300. Em 1953 foram 800 greves, a maior delas com 300 mil trabalhadores de empresas têxteis, metalúrgicos e gráficos. Participação intensa do PCB e reivindicações

remuneração, representação por local de trabalho, homologação da rescisão, tempo de empresa, terceirização, trabalho intermitente, tempo de deslocamento, custas e honorários de processos trabalhistas etc. Um ano após a aprovação da reforma, verificou-se que a queda do desemprego foi mínima, ao mesmo tempo em que houve aumento do trabalho autônomo, intermitente, temporário e terceirizado. Houve também redução no número de ações trabalhistas na Justiça.

que não eram apenas econômicas: liberdade sindical, campanha pela criação da Petrobrás, em defesa das riquezas nacionais e contra a aprovação e aplicação do Acordo Militar Brasil-EUA. (MIRANDA, 2011, p. 3)

Aliás, os dois primeiros meses do governo Dutra (1946-1951) são marcados por mais de 60 greves em decorrência de uma série de medidas impopulares: proibição dos jogos e fechamento de cassinos; colocação do PCB na ilegalidade; congelamento do salário mínimo, fechamento do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), intervenção em 140 sindicatos e promulgação do decreto 9070, que torna a greve ilegal no Brasil. Tudo isso fez os trabalhadores se mobilizarem e, mesmo com a perseguição aberta aos sindicatos, organizaram-se em Comissões de Fábricas (de maneira clandestina) realizando greves importantes reunindo mais de 250 mil trabalhadores.

Em 1950, Getúlio volta ao poder, dessa vez através do voto popular, assumindo em janeiro de 1951. Ele se elegeu com uma bandeira anti-imperialista e de defesa do nacionalismo econômico. Sendo assim, em 1952, Vargas criou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) para incentivar o crescimento do país. Em dezembro de 1951 enviou ao Congresso um projeto de lei para criação de empresa petrolífera nacional, iniciando a campanha “O Petróleo é Nosso”, resultando na criação da Petrobrás, em 1953. A essa altura, o governo já havia enviado também projetos propondo a criação da Eletrobrás e de uma siderúrgica.

Entretanto, com a inflação disparando e corroendo os salários, Vargas começou a perder o apoio no seio operário. A crise no governo se aprofundou até culminar no suicídio do presidente, em 24 de agosto de 1954. O governo, obviamente, mudou de comando, mas a organização operária continuou.

No governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), a organização e mobilização dos operários seguiu crescente e esses tentaram unificar o movimento criando organizações estaduais e nacionais. De acordo com Pares (1990), nesse período, início da década de 60, apesar do crescimento constante de classe operária, o índice de sindicalização era muito baixo (menos de 25% dos trabalhadores).

Quando ocorre o golpe militar e o estabelecimento de uma ditadura, em 1964, o movimento operário passou a ser atacado duramente pela repressão e se enfraqueceu.

Entre 1964 e 1965 um total de 452 sindicatos sofreram intervenções; de 1965 a 1970 foram mais de 100. Os militares mostravam bem o que queriam: dismantelar o movimento. A repressão veio acompanhada de uma política de arrocho de salários, da lei anti-greve e do regime de estabilidade no emprego.

No período que compreende os anos de 1964 a 1974, ocorreu a desmobilização dos sindicatos e a implantação de novos interventores nessas instituições. A maioria dos líderes é presa e o movimento voltou a se organizar apenas a partir de 1974 (com ponto alto em 1978), quando as greves voltam a acontecer, principalmente na região do ABC Paulista. Além das pautas dos trabalhadores, uma das principais bandeiras políticas era, obviamente, o fim da ditadura.

1.1.1. O “Novo Sindicalismo”

Foi exatamente no final dos anos 70 que surgiu uma nova forma de liderança sindical, com uma nova perspectiva para a organização sindical dos trabalhadores. Quem iniciou primeiramente esse período de luta foi o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, em 1978: a reposição salarial pretendida pelos trabalhadores ganhou dimensão e passou a ser apoiada por outras categorias e, por fim, meio milhão de trabalhadores aderiram àquela que foi a maior greve desde 1964. A figura mais expressiva desse período foi o sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva, que se mostrou uma importante liderança, desde seu primeiro mandato do Sindicato dos Metalúrgicos, em 1969, como suplente⁷.

O movimento grevista dos metalúrgicos do ABC Paulista foi tão significativo que virou tema de diversos documentários e filmes da época. O documentário ABC da Greve,

⁷ Após os mandatos no Sindicato, Lula seguiu caminho na política: sempre filiado ao Partido dos Trabalhadores, foi deputado federal e sucessivas vezes concorreu à Presidência (desde 1989). Em 2002, ele foi eleito e governou o Brasil por dois mandatos.

do cineasta Leon Hirzman (1990) surgiu quando ele iniciava suas pesquisas para o filme *Eles Não Usam Black-Tie* (1981)⁸, mas o documentário só foi finalizado posteriormente.

Segundo o documentário de Hirzman (1990), a greve dos metalúrgicos do ABC teve início na véspera da posse do último presidente da ditadura militar, João Batista Figueiredo (1979-1985), no dia 14 de março de 1979. Cerca de 150 mil trabalhadores da região aderiram ao movimento que luta por reajuste salarial, melhores condições de trabalho e a legalização dos delegados sindicais nas empresas. O movimento tomou uma grande dimensão e chegou a parar todo o estado de São Paulo, o que chamou a atenção dos empresários, representados pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), e do governo militar recém empossado. O resultado foi repressão policial e intervenção no Sindicato, com a cassação do mandato dos líderes do movimento, inclusive Lula. O estádio em São Bernardo onde os trabalhadores se reuniam em assembleias foi fechado pelas forças policiais. Muitos operários foram agredidos e presos.

Entretanto, os trabalhadores resistiram e passaram a se reunir em praça pública para organizar o movimento. Diante da continuidade da greve, mesmo com a repressão, os empresários foram obrigados a reabrir o canal de negociação. Outro cineasta que abordou a greve dos metalúrgicos do ABC foi João Batista de Andrade, em 1979, no documentário *Greve!*. Segundo Andrade, as condições de trabalho precárias, os baixos salários, o alto custo de vida que corroía os salários (e seus reajustes) rapidamente, as condições indignas de moradia e de vida dos trabalhadores das metalúrgicas foram as principais motivações da greve daquele ano e também o motivo para que os operários seguissem resistindo, mesmo com a forte repressão.

Ao final de 60 dias a greve foi suspensa. De acordo com o documentário de Hirzman (1990), os trabalhadores conquistaram o compromisso de garantia de emprego (grevistas não seriam demitidos), não desconto dos dias parados e a abertura de um canal de negociações para se avançar num índice de reajuste salarial. Andrade (1979) encerra

⁸ *Eles Não Usam Black-Tie* fala sobre um militante sindical que organiza um movimento grevista contra as práticas exploradoras de uma metalúrgica onde seu filho trabalha. O filme ganhou prêmio no Festival de Veneza.

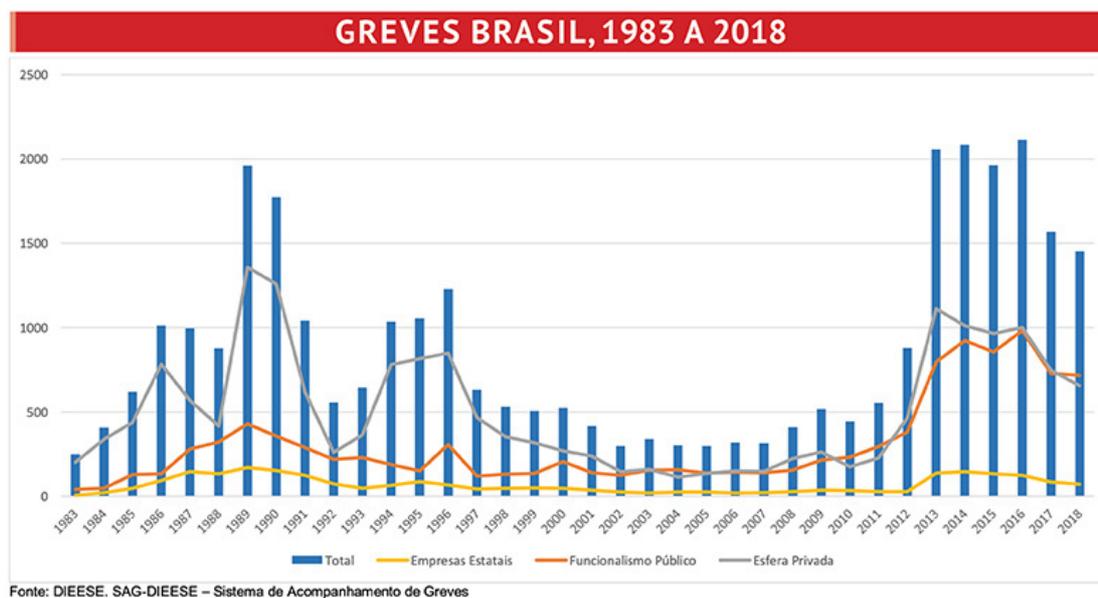
seu documentário com uma frase do líder sindical Lula, que retrata o espírito dos metalúrgicos durante o movimento grevista: “a greve serviu de exemplo para que nunca mais os patrões duvidem da capacidade de luta dos trabalhadores”.

Já na década de 80 iniciou-se um período de fortalecimento das entidades sindicais que lutavam contra a política econômica, o arrocho salarial e o próprio regime de governo. Os operários começaram a se organizar em federações por categoria, fortalecendo ainda mais os sindicatos. Também nesse ano é criado o Partido dos Trabalhadores (PT), por sindicalistas, intelectuais e representantes do movimento popular, com a proposta de conceber um governo que atenda às necessidades da classe trabalhadora.

Em 1983, durante o I Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (I CONCLAT – 26 a 28 de agosto), foi fundada a Central Única dos Trabalhadores (CUT), com o objetivo de unificar o movimento sindical. Em 1986 é fundada a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT)⁹.

Nesse período, segundo Pochmann (2005), a greve se tornou um dos principais instrumentos de defesa e de representação dos interesses coletivos dos trabalhadores. O número de greves foi crescente até 1989, devido a insatisfação com a realidade socioeconômica e com o caráter autoritário ainda existente nas relações de trabalho. Nessa época, o Brasil chegou a ser o segundo país em número de greves no mundo de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Segundo a série história contabilizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o maior número de greves da década de 1980 (a série se inicia em 1983), foi no ano de 1989, com 1.962 paralisações. No ano anterior, 1988, foram 877. De 1983 a 1989, de acordo com essa série histórica do Dieese, foram contabilizadas 6.057 greves, conforme a tabela abaixo:

9 Atualmente existem nove centrais sindicais no país: a CUT, a União Geral dos Trabalhadores (UGT), a Força Sindical, a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), a Intersindical (Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora), a Central Sindical e Popular Conlutas (CSP Conlutas), a Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) e a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST).



Entretanto, nos anos 90, o fortalecimento sindical sofreu uma estagnada, como também pode ser observado na tabela. Ainda segundo Pochmann, entre 1990 e 1992, o número de greves, por exemplo, reduziu em 80%. De acordo com COSTA (2019), o sindicalismo brasileiro enfrentou nesse período uma série de dificuldades devido às transformações do processo produtivo, questões macroeconômicas de inflação e vários planos de estabilização da economia (pagamento da dívida externa, elevadas taxas de juros, má distribuição de renda etc.) e questões políticas ainda oriundas da repressão, corrupção etc. Além disso, o autor cita que nesse período houve uma verdadeira fragmentação de sindicatos, que atrelado aos baixos índices de sindicalização na época, enfraqueceu o movimento. A lógica era: “quanto mais sindicatos, menos associados e menor poder de barganha” (COSTA, 2019, p. 8). Tudo isso dificultado ainda pela situação econômica do país e do mercado de trabalho brasileiro. Diante dessa realidade, o movimento sindical, mais uma vez, teve de se reinventar.

Com a eleição de Fernando Collor, em 1989, o Brasil começa a aderir a um processo de ajustes econômicos, priorizados pela abertura comercial e diversas privatizações. As denúncias de corrupção no governo Collor adiaram esse projeto liberal até o impeachment, em 1992. A estabilidade econômica trazida pelo Plano Real

favoreceu a eleição de Fernando Henrique Cardoso (1994-1998/1998-2002), supostamente¹⁰ tido como seu criador.

Já no início do governo FHC, diversos setores de trabalhadores, unificados pela CUT, engataram uma sequência de greves e mobilizações contra a política do governo, com seus planos de privatização e de quebra do monopólio do setor estatal. Se por um lado o governo estabilizou a moeda e conteve a inflação, por outro lado, elevou muito os índices do desemprego. Isso mobilizou os trabalhadores a se levantarem contra o novo governo que contra-atacou cortando o ponto dos empregados grevistas, além disso, baixou decretos endurecendo medidas contra paralisações no serviço público.

Segundo o governo, era necessário dobrar a espinha dorsal de seu principal opositor, o sindicalismo, principalmente aquele ligado à CUT. Aqui, teríamos o ponto de inflexão para o movimento sindical nacional, que se agravaria com o avançar das transformações econômicas (SANTANA, 20011, p. 6).

Essas ações reduziram bastante o poder de mobilização dos servidores públicos e as privatizações serviram ainda para diminuição dos quadros dessas empresas.

Por sua vez, o desemprego e a precariedade das relações de trabalho fizeram com que os sindicatos passassem a traçar novas estratégias de luta e mudassem as pautas de reivindicações: a palavra de ordem deixa de ser o reajuste salarial e passa a ser a garantia de emprego e o combate ao desemprego.

Assim, a década de 90, principalmente em sua segunda metade, representou para os trabalhadores brasileiros um duro revés, colocando na agenda novas questões e problemas, além de intensificar outros pré-existentes. Porém, seria equivocado indicar que diante disso, o sindicalismo nacional não tenha buscado outras alternativas, ampliando pautas e inserindo-se em novos

¹⁰ A moeda vigente no final de 1993 era o Cruzeiro Real, que entrou em circulação em agosto do mesmo ano, como uma medida de urgência. No entanto, a equipe econômica do presidente **Itamar Franco**, que tinha assumido após o *impeachment* de Fernando Collor, já tinha começado a elaborar um novo plano econômico. O Plano Real, costumeiramente, é atribuído unicamente ao então ministro da Economia, Fernando Henrique Cardoso, mas na verdade foi elaborado por um grupo de economistas, entre eles o então presidente do Banco Central, Pedro Malan, além de economistas como Edmar Bacha, André Lara Resende, Gustavo Franco e Pêrsio Arida, com a ideia de implementar uma nova moeda que acabasse, de vez, com a inflação. A situação era ainda mais complexa, pois o ano de 1994 era eleitoral. Os dois principais candidatos eram FHC, do PSDB, e Lula, do PT. O Plano Real, portanto, podia ser um grande trunfo para os tucanos –como de fato o foi– e uma dor de cabeça para os petistas.

espaços, que lhe permitissem continuar existindo e se movimentar em um contexto tão difícil (SANTANA, 2011, p. 9)

Em 1995, uma greve tão importante quanto a dos metalúrgicos em 1978, deu mote para a recuperação do movimento sindical: a greve dos petroleiros fez o governo federal se mover para impor uma derrota ao sindicalismo combativo.

A greve dos petroleiros foi julgada abusiva pelo TST no dia 9 de maio. No dia 24, seguindo ordens do governo, o exército ocupou quatro refinarias: Paulínia, Capuava e Henrique Lage em São Paulo e Presidente Getúlio Vargas no Paraná. Além disso, as empresas suspenderam o pagamento aos grevistas. No dia 26, o TST, em julgamento de recurso, decretou o pagamento de multa no valor de R\$ 100 mil diários [para os sindicatos], caso os trabalhadores não voltassem ao trabalho. No dia 2 de junho acabou a greve. (MARTINS & RODRIGUES, 1999, p. 158)

Essa foi outra importante característica do movimento sindical dos anos 90: o envolvimento do poder judiciário nas relações de trabalho. Entretanto, os trabalhadores aprenderam a usar esse mecanismo em seu favor. Segundo POCHMANN (2005), na década de 1990, a quantidade de processos trabalhistas (tanto individuais quanto coletivos) ajuizados na Justiça do trabalho cresceu rapidamente. Isso deveu-se especialmente aos maiores índices de desemprego e à expressão do poder dos empregadores. No Brasil, a Justiça do Trabalho atua como mediadora dos conflitos de trabalho, individuais e coletivos, e esta é formada por instâncias tripartites no plano local, estadual e federal, responsáveis pelo julgamento dos processos trabalhistas. POCHMANN (2005), aponta como causas para esse fenômeno o desemprego e a expressão do poder relativo dos empregadores. “Por conta disso, passou a haver o cortejo de trabalhadores demitidos à Justiça do Trabalho em busca de algum direito não atendido durante o ato de rompimento do contrato de trabalho”. (POCHMANN, 2005).

O movimento sindical bancário também foi gravemente afetado pelo cenário político e econômico imposto pelo governo FHC. Durante esse período, a categoria amargou quase uma década de reajuste zero, imposição de uma política de abono para compensar as perdas salariais e perseguição aos dirigentes sindicais e militantes. Pesava ainda sobre tudo isso, a severa política de desestatização do governo que resultava na constante ameaça de privatização dos bancos públicos. Em decorrência disso, houve um período difícil para os bancários de bancos públicos, com o sucateamento e esvaziamento

das entidades (possivelmente, para prepará-las para a venda), implantação de planos de demissão voluntária, que não eram tão voluntários assim, já que alguns gestores obrigavam os bancários a aderir, e constantes casos de transferências e até demissões arbitrárias. Tudo isso também afetou a organização da categoria, bem como prejudicou severamente o poder de compra dos bancários.

Segundo dados da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), entre 1995 e 2002, a categoria bancária teve seus salários reduzidos em 8,6% em relação a inflação, principalmente nos bancos públicos. A perda real nesse período para esses trabalhadores ficou em 36,3% no Banco do Brasil e em torno de 40% na Caixa Econômica Federal¹¹.

Como forma de compensar essas perdas, fortaleceu-se na categoria o conceito de remuneração variável. Entretanto, compensações desse tipo aliadas a tal política de abono anual era, na verdade, um bom negócio para os banqueiros, pois os trabalhadores seguiam arcando com as perdas na medida em que esse tipo de remuneração não repercutia em direitos como horas extras, férias, décimo terceiro etc. Além disso, incentivar remunerações atreladas à produtividade e busca de mais e mais resultados, trazia inúmeros benefícios, e lucros, para os banqueiros.

Há também parcelas de remuneração associadas a formas de estímulo e reconhecimento pelo desempenho do empregado chamadas de remuneração variável. Elaboram-se programas de remuneração variável objetivando abranger a maioria dos empregados promovendo uma maior produtividade e intensidade do trabalho. (DIEESE, Remuneração Bancária, p. 5).

A partir desse cenário, o movimento sindical iniciou, nos anos 2000, a busca por novas alternativas, diante de um quadro de exclusão, recessão e desemprego. Esses caminhos apontam para várias direções, como a tentativa de articulação com movimentos sociais (terra, moradia, cidadania etc.), bem como a abertura para o debate de novos temas (ambiente, gênero, cidadania, formação etc.). Essa realidade trouxe uma nova cara ao movimento sindical, sobretudo após o advento dos governos do Partido dos Trabalhadores, a partir de 2003 (e até 2016), que valorizou as relações e os direitos trabalhistas. As pautas dos sindicatos, apesar de ainda focar na remuneração dos

¹¹ Fonte: Revista dos Bancários 2016 (<https://contrafcut.com.br/publicacoes/publicacoes-revista-dos-bancarios-2016-0406/>).

trabalhadores, passou a absorver conquistas de direitos sociais e condições de trabalho, pois na medida em que a prática e valorização do diálogo entre governo e sindicatos, com a criação e fortalecimento da mesa única de negociação com a participação de bancos públicos e privados, favorecia as conquistas monetárias, as entidades sindicais viram uma janela importante para inserir nesse contexto também novas conquistas sociais.

1.2. O Movimento Sindical Bancário¹² e o Sindicato do Ceará

A primeira greve de bancários do país aconteceu em abril de 1932, com o início da luta pela jornada de seis horas junto ao Ministério do Trabalho – a conquista só seria alcançada em 1933, mas não foi ofertada da mesma forma que os bancários propunham: a categoria queria 32 horas semanais contra as 36 propostas, e a obrigatoriedade do pagamento de horas extras sequer foi citado pelo decreto do Governo.

No entanto, a primeira greve nacional da categoria aconteceu em 1934 reivindicando temas como aposentadoria e pensões, e estabilidade de emprego. A greve durou três dias e os bancários só retornaram ao trabalho após compromisso firmado com o ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha. Dois meses depois foi criado o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB) que abrigava as reivindicações da categoria e representava uma importante conquista do movimento.

Em 1937, Vargas foi eleito presidente da República. Cinco dias depois, ele promulga o Decreto-Lei 24.694 que exigia mudanças nos estatutos sindicais para que fossem reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. Em 1939, a Lei 1.402 elimina o pluralismo sindical e cancela o registro de todos os sindicatos oficializados. Para conseguir um novo registro era preciso acatar as normas do Governo, entre elas, o processo eleitoral dirigido por um presidente escolhido pelo Ministério do Trabalho, estipulação da base sindical e suspensão da fundação de sindicatos no interior.

A conjuntura política nacional era desfavorável aos trabalhadores, com suas organizações sendo duramente golpeadas pelo governo, que vinha tentando,

12 As informações históricas sobre as lutas da categoria bancária foram retiradas de uma publicação do Sindicato dos Bancários de São Paulo: KAREPOVS, Dainis (Coord.) A História dos Bancários – lutas e conquistas 1923 – 1993.

desde o início da ditadura (Vargas), transformar os sindicatos – tanto os patronais como de empregados – em órgãos de colaboração de classe e base de sustentação de seu poder. (KAREPOVS, 1994, p 46).

Tentando evitar o declínio do Estado Novo, Vargas tomou medidas para a abertura do regime, entre elas anistia geral e legalização do PCB, ambas com o intuito de se aproximar novamente das classes trabalhadoras.

Com a eleição de Eurico Gaspar Dutra para a presidência da República, em 1946, as greves começaram a estourar. Na categoria bancária, a maior delas foi pela unificação do salário mínimo dos bancários: cerca de 40 mil funcionários aderiram à greve que ganhou o apoio de diversas outras categorias e ampla cobertura da imprensa. Ao final, os bancários conseguiram abonos anuais incorporados aos salários, reajuste retroativo a janeiro de 1946 e a promessa de que o projeto do salário mínimo profissional seria examinado. Essa greve durou 19 dias.

Devido a repercussão dessas paralisações foi decretada a chamada Lei da Greve (Decreto-Lei 9.070) que restringia o direito de greve a setores não considerados “essenciais”. Assim, trabalhadores como os da categoria bancária, ficavam impedidos, à época, de pararem suas atividades. Em 1948, um projeto de lei cassou o mandato de parlamentares eleitos pelo PCB e, como forma de resistência, as lideranças afastadas dos sindicatos fundaram as Comissões Pró-Salário Digno que lutavam por melhores salários e condições de trabalho. Mais tarde, elas se transformaram nas Comissões de Defesa dos Bancários passando a ser consideradas as representantes reais da categoria, já que agora as entidades estavam nas mãos de dirigentes sindicais indicados pelo Governo.

Pouco antes das eleições presidenciais de 1950, o governo convocou eleições sindicais, o que possibilitou às entidades desvincularem-se das intervenções governistas. Em 1951, uma greve que durou 69 dias, entre outras conquistas, instituiu a data de 28 de agosto como o Dia do Bancário.

Já durante o governo de Juscelino Kubitschek, algumas conquistas da categoria bancária foram finalmente efetivadas: jornada de 6h para todos os funcionários e aposentadoria por tempo de serviço, além do nascimento da Confederação Nacional dos

Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec) que passou a negociar com os banqueiros.

No início da década de 60 aconteceram várias greves. As principais reivindicações desse período eram reajuste salarial, fim da carestia, 13º salário, salário família, entre outras coisas. Em 1962, a categoria conquistou o fim do trabalho aos sábados, aprovado em lei no Congresso Nacional. Entretanto, com o golpe militar e o movimento sindical sendo duramente reprimido, principalmente depois de 1968, com o decreto do AI-5,¹³ quando praticamente todos os direitos dos cidadãos foram cassados, o movimento recrudesciu, só passando a se articular novamente a partir de meados da década de 70, principalmente em 1978, com as greves e manifestações do ABC Paulista e Região.

Neste ano (1978) ocorreram 24 greves por todo o país, com a participação de mais de meio milhão de trabalhadores. No ano seguinte, as greves saltam para 113, envolvendo 3,2 milhões de trabalhadores. (KAREPOVS, 1994, p. 96)

A partir de 1983 iniciou-se o processo de unificação nacional da categoria, com a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a realização do Congresso Nacional dos Bancários e a formação de uma Comissão de Negociação Nacional para se contrapor aos banqueiros na mesa de negociação entre funcionários e patrões. No entanto, esse processo só se efetivaria realmente em 1985.

A partir daí, várias categorias entraram em greve contra as medidas governamentais. O Ministério do Trabalho não se deixou vencer e interveio nos sindicatos. Em 1985, o movimento foi mais forte e procurou buscar o apoio da opinião pública: procurou-se expor à sociedade a real situação salarial da categoria, colocando no banqueiro a imagem do “inimigo público nº 1” – visto como intransigente quanto às negociações salariais; além de deixar o cidadão em filas gigantescas e especular com o dinheiro do povo.

13 O Ato Institucional nº 5 foi assinado dia 13 de dezembro de 1968 e ficou conhecido como “o golpe dentro do golpe”. Com ele, ficou instituída a repressão política no período militar. Ele permitia, entre outras medidas, fechar o Congresso, cassar mandatos parlamentares, intervir em estados e municípios, suspender direitos políticos e até a garantia do habeas corpus. Representou o nível mais extremo do autoritarismo no Brasil.

Em 1989 começaram a ocorrer algumas mudanças na estruturação do movimento sindical bancário. Nesse ano foi fundada a primeira Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (FETEC), em São Paulo. Filiada à CUT, a nova entidade tinha o objetivo de fortalecer as estruturas regionais, incentivar a participação e organização nos locais de trabalho e nos sindicatos, além de exercitar o respeito à representatividade. Desta forma, foi priorizada a organização do movimento seguindo uma hegemonização de entidades: confederação, federação, sindicatos, organização por local de trabalho.

Outras manifestações foram organizadas frente aos prejuízos com os planos econômicos do governo: Cruzado, Cruzado II, Verão, Collor. As reivindicações eram basicamente por reajuste, melhores condições de trabalho e contra a onda de demissões causada pelos planos. Mas, o movimento bancário também se engajou em lutas sociais: as Diretas Já (1984)¹⁴, o Fora Collor (1990)¹⁵, na campanha Lula presidente (2002), contra o golpe institucional de 2016 e contra as “reformas” promovidas por Michel Temer após a deposição da presidente legitimamente eleita, Dilma Rousseff.

1.2.1. O Sindicato do Ceará¹⁶

A história da entidade Sindicato dos Bancários do Ceará se confunde, por vezes, com a história do movimento sindical bancário, bem como com suas conquistas, dado o caráter nacional de organização da categoria bancária.

O Sindicato dos Bancários do Ceará nasceu em pleno Estado Novo de Vargas, no dia 21 de fevereiro de 1933 e já em 1934, se engajou numa luta nacional pela jornada de 6 horas, até hoje considerada uma das maiores conquistas da categoria.

14 Campanha que exigia eleições diretas e democráticas para o cargo de Presidente da República e que teve massiva aceitação popular. A medida não passou no Congresso Nacional, mas o movimento teve seus frutos: em 1985, Tancredo Neves foi eleito o primeiro presidente civil desde 1964, mas morreu antes de assumir, passando o cargo para o vice, José Sarney.

15 Movimento popular que pedia o impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello, acusado de corrupção.

16 As informações históricas sobre o Sindicato dos Bancários do Ceará foram retiradas de uma publicação da própria entidade: “BERNAL, Cleide. *Sindicato dos Bancários: Fazendo História*”.

Entretanto, com o início do endurecimento do governo Vargas, em 1937, a entidade não escapou às intervenções decretadas pelo Governo e permaneceu sobre o controle do Estado até 1957. Foi a primeira das três intervenções pela qual passou a entidade.

Com o golpe militar em 1964, o Sindicato sofreu a segunda intervenção: toda a diretoria foi destituída e a entidade é ocupada. Mas a intervenção não desmobilizou os dirigentes que continuaram fazendo oposição ao regime e defendendo os interesses da categoria. Em 1967, a campanha salarial foi conduzida sobre o tema de resistência à ditadura. Nesse mesmo ano, a junta governista se retirou da entidade.

Uma nova greve por melhores salários foi deflagrada durante a campanha salarial de 1968. Nesse mesmo ano, a chapa de oposição à ditadura venceu a eleição para a diretoria do Sindicato. A chapa vencedora tomou posse em março, mas, em novembro, às vésperas do AI-5, foi destituída pelos militares que colocaram a entidade sobre nova intervenção (a terceira e última). O Sindicato ficou no comando do interventor José Leite Jucá até 1979, período em que o movimento sindical de forma geral voltou a se organizar. Nesse mesmo ano, novas eleições foram feitas na entidade e a chapa de oposição a Jucá foi eleita, assumindo a presidência a funcionária do Banco do Brasil, Maria da Natividade Belém Pinho.

Em 1983, o Sindicato dos Bancários do Ceará participou do I CONCLAT que fundou a CUT. Em 1985, 700 mil bancários deflagraram a primeira greve geral da categoria depois de 1968, apesar do Decreto-Lei 1.932 (1978), que proibia greves da categoria por considerar o serviço bancário essencial. A greve durou dois dias e foi a maior greve nacional de uma categoria até aquela data. Os bancários conquistaram 12,63% de reajuste, elevação do piso salarial, unificação da data-base e a incorporação dos 25% de antecipação salarial em março.

Esse período, de 1979 a 1985, também trouxe aos bancários várias conquistas sociais como o auxílio-creche (1981), o avanço da estabilidade provisória e a liberação de dirigentes sindicais.

Também no ano de 1979, o Sindicato dos Bancários decidiu investir mais no setor de comunicação e fundou o jornal *Tribuna Bancária*, que nasceu 46 anos após a fundação

do Sindicato. O jornal, inicialmente, não tinha nenhuma padronização, seja editorial ou gráfica, nem havia uma periodicidade rígida. Também não havia jornalista; entre 1979 e 1988, o jornal foi escrito basicamente pelos próprios diretores. A *Tribuna Bancária* só passou a registrar oficialmente no jornal a presença de um jornalista responsável a partir da edição 230 (16/06/1992). O expediente registrava como diretor de imprensa o jornalista e empregado da Caixa Econômica, Plínio Bortolotti e, como jornalista, Franzé Ribeiro. Até os dias atuais, o jornal é publicado semanalmente.

Em 1986, o governo da Nova República lançou o Plano Cruzado que se destacou pelo congelamento dos preços e dos salários e a queda de taxa de juros a níveis próximos a zero como armas para combater a inflação. A última medida atingiu em peso a categoria que ficou reduzida a 110 mil bancários em todo o país.

Mas em 1987, o movimento voltou a se fortalecer e nesse ano aconteceu a greve mais longa da categoria nos últimos 25 anos até aquela data. Foram nove dias de paralisação demonstrando o crescimento do nível de organização da categoria. No Ceará, a greve atingiu os bancos federais e o Banco do Estado do Ceará (BEC). Mas, apesar da boa mobilização, a greve não conseguiu ganhos reais conquistando-se apenas o que garantia a lei salarial.

Em janeiro de 1989, o governo federal decretou o Plano Verão, que pôs fim ao gatilho salarial e aprofundou o arrocho. Em 20 de abril, os bancários de todo o país aderiram a mais uma greve, por sete dias, e conquistaram uma reposição média de 40% nos bancos privados. Nos bancos federais, a greve foi duramente reprimida pelo governo. O ano marcou ainda a filiação do Sindicato à CUT. Em 1990 veio a conquista do vale refeição.

Em 1992, estourou o escândalo de corrupção no governo Collor e o Sindicato se engajou na campanha Fora Collor com passeatas que pediam, além da saída do presidente, a recuperação do Plano de Cargos e Salários (PCS) e a reposição das perdas salariais. A campanha só foi encerrada após a queda de Collor, conseguindo-se as reivindicações. No mesmo ano aconteceu uma das mais importantes conquistas da categoria bancária até os dias atuais: a assinatura da primeira Convenção Coletiva de

Trabalho dos Bancários, válida para todo o país, unificando conquistas e direitos para toda a categoria.

Em 1994 iniciou-se a campanha contra a privatização do BEC mobilizando não só os bancários, mas a sociedade em geral. Nacionalmente, outra conquista foi agregada aos direitos da categoria: o vale-alimentação. Em 1995 a categoria bancária foi a primeira a conquistar a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) na Convenção Coletiva de Trabalho.

Em 1996, a campanha salarial dos bancos privados conquistou um reajuste salarial de 30%, abono de R\$ 200,00 mais 72% de produtividade e aumento do tíquete-refeição para R\$ 7,00. De 1997 até 1999 a categoria amargou, sobretudo, nos bancos públicos, uma política de reajuste zero, aliada à concessão de abonos anuais para compensar as perdas salariais acumuladas.

A década de 2000 também agregou diversos benefícios à categoria bancária. Através de mesas permanentes de negociação e de sucessivas greves, os bancários conquistaram, entre outros direitos, a inclusão na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) de cláusula sobre igualdade de oportunidades (2000); 13ª cesta-alimentação (2007); ampliação da licença-maternidade para seis meses (2009); extensão de direitos previstos na CCT aos casais homoafetivos (2009); conquista de instrumento de combate ao assédio moral (2010); PLR sem desconto de imposto de renda (2012); abono assiduidade – direito de folgar um dia durante o ano (2013); proibição de envio de mensagens aos celulares dos funcionários para a cobrança de metas, importante passo para se combater o assédio moral (2013); licença paternidade de 20 dias (2016). Importante ressaltar que, durante todo esse período, as campanhas salariais da categoria, de nível nacional, conquistaram aumento real de salário (ou seja, com reajustes acima da inflação).

Voltando ao cenário do Ceará, o grupo político ligado à CUT e ao Partido dos Trabalhadores, que assumiu a direção da entidade pela primeira vez em 1988, continua dirigindo o Sindicato dos Bancários do Ceará atualmente. O primeiro presidente dessa nova fase foi o ex-bancário do Banco do Brasil e ex-deputado estadual, Nelson Martins (1988/1991), que foi reeleito para o período 1991/1994 (ampliando-se a frente de esquerda que dirige o Sindicato, incorporando novamente militantes do PCdoB). A partir

daí, assume Tomaz de Aquino (BNB), reeleito por duas vezes (1994/1997 – 1997/2003). Em seguida, assume o comando da entidade o empregado da Caixa Econômica Federal, Vaumik Ribeiro, eleito para a gestão 2003/2006. Licenciado para integrar a Gerência Nacional de Planejamento Estratégico da Caixa Econômica Federal em 2004, assume a presidência do Sindicato em seu lugar, o também empregado da Caixa, Marcos Saraiva, que termina o mandato iniciado por Vaumik.

Na eleição para o triênio 2006/2009¹⁷, uma única chapa, Bancários em Ação – encabeçada por Marcos Saraiva –, concorreu ao pleito, reunindo novos dirigentes e experientes sindicalistas. A chapa teve aceitação de 93,46% dos votantes.

Já para o triênio 2009/2012, duas chapas disputaram o comando do Sindicato: a Chapa 1 – Unidade e Renovação – representava o grupo político que estava à frente da entidade. Já a Chapa 2 era composta por militantes do Partido Socialismo e Liberdade (PSol) e do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), ligados às Centrais Sindicais CSP-Conlutas e Intersindical. Ao final do processo eleitoral, a Chapa 1 saiu vencedora (e seguiu conduzindo o Sindicato dos Bancários) com 62,06% dos votos (3.237 votos) contra 37,94% (2.001 votos) da Chapa 2. A Chapa vencedora era encabeçada pelo funcionário do Banco do Brasil, Carlos Eduardo Bezerra Marques.

Nas duas eleições seguintes para a disputa do comando do Sindicato dos Bancários do Ceará, os dois grupos seguiram em disputa, saindo o grupo de dirigentes ligados à CUT e CTB vitoriosos nos dois pleitos. Em 2012 (para o triênio 2012/2015), a Chapa 1 – Vamos! – obteve 3.265 votos (55,75%) contra 2.591 (44,25%) votos da Chapa 2. Uma diferença de 674 votos. O bancário do Banco do Brasil, Carlos Eduardo, seguia encabeçando a chapa vencedora, iniciando assim seu segundo mandato à frente da entidade.

17 As informações sobre o resultados das disputas eleitorais nesse período foram consultadas no site do Sindicato dos Bancários do Ceará – www.bancariosce.org.br, através de consultas às edições antigas da edição online do jornal da entidade, Tribuna Bancária (link: www.bancariosce.org.br/jornal_capas.php?cod_jornal_secao=1).

Para a disputa em 2015, uma mudança no estatuto do Sindicato dos Bancários do Ceará alterou o mandato da entidade para quatro anos. Assim, quem vencesse o pleito naquele ano estaria à frente da entidade até 2019. Novamente os dois grupos entraram em disputa: a Chapa 1 – O Sindicato é dos Bancários – obteve 3.515 votos (57,13%) contra 2.638 votos (42,87%) da Chapa 2 – Resgatar o Sindicato para os Bancários. A Chapa 1 novamente foi encabeçada pelo bancário do Banco do Brasil, Carlos Eduardo, que completa em 2019, o seu terceiro mandato à frente da entidade.

1.2.2. As greves e a construção da unidade nacional da categoria bancária

A unidade da luta da categoria bancária, construída ao longo de quase 34 anos, transformou os bancários em referência para as demais categorias de trabalhadores no Brasil. A organização nacional foi também um passo determinante na mobilização e participação expressiva alcançadas nas greves da categoria, bem como foram predominantes para os direitos conquistados, mesmo durante os difíceis anos 90 (sob a égide do neoliberalismo), quando os servidores de bancos públicos eram duramente perseguidos.

A construção da unidade começou a ser feita a partir de 1985. Às vésperas da primeira grande greve dos bancários pós-ditadura, em 6 de junho de 1985, e com a necessidade de se articular o movimento grevista em todo o país, representantes de sindicatos de 16 estados fundaram o Departamento Nacional dos Bancários da CUT (DNB/CUT). A primeira greve organizada pela nova entidade mobilizou 700 mil bancários em todo o Brasil¹⁸ e durou dois dias (11 e 12 de setembro), sendo a maior greve nacional de uma única categoria até aquela data.

O movimento foi extremamente vitorioso conquistando reivindicações econômicas e sociais além da unificação da data base da categoria. Os bancários conquistaram com essa greve 12,63% de aumento real de salário, elevação do piso salarial, adicional de insalubridade, aumento do adicional de hora-extra para 30%,

¹⁸ Apesar da lei 4.330/1964, que proibia greves e do Decreto-Lei 1.932/1978, que proibia as greves no setor bancário por considerá-lo serviço “essencial”.

gratificação de função para 50% e incorporação dos 25% de antecipação salarial em março de 1986. O sucesso do movimento deveu-se, principalmente, a formação de um comando nacional com a participação da CUT. Além disso, havia uma conjuntura política favorável aos movimentos sindicais e sociais com as grandes mobilizações pelas Diretas-Já e com a redemocratização do país e o fim da ditadura militar. O ano de 1985 marcou ainda uma importante conquista para os bancários da Caixa Econômica Federal que, com o movimento nacional grevista de 24h em 30 de outubro, conquistaram ainda o direito à sindicalização (passaram oficialmente a integrar a categoria bancária, pois antes eram chamados de “economiários”) e a redução da jornada de trabalho de 8h para 6h. Nesse período alcançou-se ainda a liberação de dirigentes sindicais, que no Ceará chegou a atingir a totalidade da diretoria facilitando a organização da categoria e a estruturação interna dos sindicatos.

Mesmo com as vitórias conquistadas, a organização nacional da categoria ainda era muito frágil nesse período. Em 1987, pela primeira vez, o DNB/CUT, entregou uma pauta nacional de reivindicações à Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) e apenas em 1991 apresentou uma minuta unificada para todos os bancos. Em 1989, durante o I Congresso do DNB/CUT, foi eleita a primeira diretoria da entidade, encabeçada pelo funcionário do Banco do Brasil, Ricardo Berzoini.

Em 1990 inicia-se o debate sobre a transformação do DNB em Confederação, com o objetivo de fortalecer ainda mais a organização da categoria bancária. O processo só foi finalizado durante o III Congresso do DNB, em 1992, quando o Departamento se transformou em Confederação Nacional dos Bancários (CNB/CUT) e Berzoini foi eleito seu primeiro presidente.

A partir de 1993, com a chegada do governo Itamar Franco, o vice que assumiu a presidência após o impeachment de Collor, o cenário ficou difícil para os funcionários de bancos públicos. Nomeado para ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (que vencerá as próximas duas eleições para presidente) iniciou um período duro para esse segmento de bancários: implantou planos de demissões voluntárias e de incentivo à aposentadoria, fechou agências, demitiu servidores e iniciou processos de reestruturação, terceirização e de informatização de setores, diminuindo o tamanho da categoria. O

cenário endureceu chegando, inclusive, a descontar o ponto dos servidores que faziam greve até culminar numa realidade de reajuste zero.

Entretanto, a organização e mobilização da categoria seguiram fortes e outras pautas passaram a fazer parte das reivindicações dos bancários: complementação do salário por doença, requalificação profissional na demissão, criação das comissões permanentes de saúde e de raça, gênero e orientação sexual, programa de prevenção e reabilitação da LER/Dort.

Os anos 2000 será o período em que nos deteremos mais nesse trabalho, abordando mais detalhadamente nos capítulos seguintes. Esse foi um período de transição em vários aspectos e foi quando a organização e mobilização dos trabalhadores bancários atingiu o seu ápice. Durante esse período também, o projeto neoliberal foi derrotado e, em 2003, com a eleição de um governo do campo progressista (a eleição de Lula), a abertura do diálogo com o patronato (privado e, principalmente, público) favoreceram mobilização da categoria, a organização das greves em nível nacional quando do impasse das negociações e a conquista de uma série de direitos. Isso se refletiu também em outras categorias de trabalhadores, segundo nos mostra análise do Dieese:

Findo o primeiro ano do primeiro mandato do Presidente Lula, dissiparam-se as incertezas no meio empresarial em relação à condução da política macroeconômica que, no essencial, preservou um manejo mais conservador das políticas monetária e fiscal, baseado na geração de superávits primários, no aumento das reservas cambiais e no controle da inflação por meio da manutenção de taxas de juros elevadas. A partir de 2004, a economia começou a dar sinais de recuperação mais consistentes, em face das boas condições da economia internacional, da gradativa retomada do fomento estatal ao desenvolvimento econômico e da ampliação dos programas públicos de geração e distribuição de renda, entre os quais a política de recuperação do salário mínimo constituiu-se em uma das peças centrais. Ademais, o ambiente político tornou-se mais favorável à interlocução entre o Estado e o movimento sindical, sendo a política de reajuste do salário mínimo objeto de negociação entre o governo e as centrais sindicais. (DIEESE, 2012, p. 294).

Em 2003 tivemos a primeira campanha nacional da categoria e, com a greve daquele ano, os bancários de bancos públicos conquistaram a mesma PLR dos bancos privados. A unificação da campanha se fortalece em 2004. Uma greve difícil, mas vitoriosa, de 28 dias, conquista aumento real de salário, o que se repetiria pelos anos posteriores, até os dias atuais. A greve de 2004 foi a maior dos últimos 15 anos até aquela data.

Em 2005 houve um elemento a mais na greve nacional dos bancários: a intervenção jurídica através de um instrumento denominado interdito proibitório¹⁹, que impedia a greve, sobretudo nos bancos privados. Mesmo com as liminares, a greve teve uma grande adesão da categoria e conquistou aumento real por mais um ano.

A Confederação Nacional dos Bancários (CNB) se transformou em Confederação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) em 2006, passando a representar, além dos bancários, os trabalhadores de financeiras e afins. A greve daquele ano durou seis dias e mobilizou a categoria apesar dos interditos proibitórios, conquistando aumento real, adicional de PLR e a criação de um grupo de trabalho para debater assédio moral, entre outras conquistas.

A greve de 2007, com mais uma campanha unificada, trouxe além do aumento real, a conquista de um novo direito: a 13ª cesta alimentação. Em 2008 foi a vez da conquista do primeiro censo da diversidade com o objetivo de promover a igualdade de oportunidades no ambiente de trabalho. Já em 2009, com uma greve de cerca de 15 dias, as bancárias conquistaram a ampliação da licença-maternidade para 180 dias e os casais homoafetivos passaram a ter o direito de incluir o(a) parceiro(a) no plano de saúde. Em 2010, a Convenção Coletiva de Trabalho dos Bancários passou a ter uma cláusula com mecanismo de combate ao assédio moral.

Em 2011, após uma greve de 21 dias, os bancários conquistaram aumento real pelo oitavo ano consecutivo, valorização do piso salarial, fim da divulgação de ranking de produtividade, novas contratações na Caixa Econômica, proibição do transporte de numerário e avanços na igualdade de oportunidades. Em 2012, uma greve de oito dias trouxe como conquistas o II Censo da Diversidade, além da execução de um projeto piloto sobre segurança bancária e avanços na saúde e condições de trabalho.

19 Mecanismo processual de defesa utilizado para impedir agressões iminentes que ameaçam a posse de alguém. É um instrumento ágil e rápido que a Justiça Comum utiliza principalmente contra ocupações de imóveis ou propriedades rurais. A partir desse ano, os banqueiros, sobretudo de bancos privados, passam a utilizar esse artifício na justiça do trabalho para tentar barrar a greve dos bancários. Através dele, os sindicatos são proibidos de barrar a entrada de clientes e submetidos a pesadas multas em caso de descumprimento.

Em 2013, fora da campanha salarial, os bancários unidos a outras categorias de trabalhadores impediram a votação do PL 4330 - da terceirização - na Câmara dos Deputados. Após uma greve de 27 dias, os bancários completaram dez anos de aumento real conquistado, além da proibição de cobrança de metas via SMS e a conquista do vale cultura, correspondente a R\$ 50,00 por mês para utilizar em espetáculos, cinema, livraria, ou qualquer outro meio cultural.

Já no ano de 2014, com uma greve forte, a categoria conquistou além das cláusulas econômicas, avanços no combate às metas abusivas, ao assédio moral, na igualdade de oportunidades e na segurança bancária. Em 2015, uma das maiores greves da categoria, com 21 dias de mobilização, a categoria assegurou aumento real pelo 12º ano consecutivo, além de manter conquistas importantes como o vale-cultura, abono-assiduidade, licença maternidade ampliada, igualdade de direitos para casais homoafetivos e a assinatura de um termo de entendimento entre os seis maiores bancos do país e o movimento sindical bancário para tratar condições de trabalho com o objetivo de reduzir as causas do adoecimento.

O golpe institucional de 2016 tirou muito mais do que a presidente Dilma Rousseff do poder. Os trabalhadores brasileiros passaram a amargurar inúmeras ameaças aos direitos historicamente conquistados desde a Era Vargas. Nesse ano, os bancários fizeram uma das mais fortes greves da categoria, que chegou aos 31 de resistência e mobilização. Ao final, os bancários assinaram uma Convenção Coletiva de dois anos, garantindo os direitos conquistados historicamente. Foi a mais longa greve desde 2004. A CCT bianual garantiu aumento real para o ano de 2017 e se mostrou uma estratégia acertada quando em novembro daquele ano é aprovada a Reforma Trabalhista do governo Temer no Congresso Nacional trazendo uma série de prejuízos e perdas de direitos para os trabalhadores que não estavam assegurados por uma Convenção Coletiva. Em 2018, novamente é assinado uma Convenção de dois anos, com vigência até 2020, garantindo aumento real e a manutenção de todos os direitos previstos na Convenção anterior. A novidade desse ano foi a ausência da greve.

Os resultados positivos das sucessivas campanhas salariais dos bancários, mostram que a organização nacional e campanha unificada foram os principais

responsáveis por construir uma categoria forte e mobilizada, hoje referência para outros trabalhadores. A greve, deflagrada sempre nacionalmente para iniciar em uma única data em todo o país mostra que, apesar do processo permanente de negociação entre bancários e banqueiros, é uma das mais importantes estratégias para conquistar novos direitos e garantir a manutenção daqueles já conquistados.

CAPÍTULO 2

A greve como instrumento de luta dos trabalhadores

2.1. Classe dominante x classe dominada

A luta de classes existe desde os primórdios da industrialização. Quem melhor define esse confronto é Karl Marx, em sua obra-prima, O Capital, cuja primeira edição foi publicada em 1867. Marx define que, no modo de produção capitalista, a classe dominante é aquela que detém os meios de produção - tanto o capital produtivo, quanto o financeiro. Já a classe trabalhadora, excluída dos meios de produção, é detentora da força produtiva, proprietária apenas da sua força de trabalho, que a vende aos proprietários dos meios de produção e por isso, recebe o salário. Essa é a classe dominada.

O Livro I de O Capital, único volume finalizado e publicado por Karl Marx ainda em vida, traça um rico histórico sobre a sociedade da época, sua transição de sociedade feudal, agrária, para sociedade fabril, detalhando como senhores feudais se tornaram capitalistas e como os servos feudais se transformaram na classe operária. Ele conceitua ainda termos importantes, como força de trabalho, meios de produção, mercadoria, formação das diferentes classes, entre outras até hoje referências nos temas relativos à luta de classes.

Citando o processo de transformação do dinheiro em capital, Marx já exemplifica essa disputa:

Como portador consciente desse movimento, o possuidor de dinheiro se torna capitalista. Sua pessoa, ou melhor, seu bolso, é o ponto de partida e de retorno do dinheiro. O conteúdo objetivo daquela circulação – a valorização do valor – é sua finalidade subjetiva, e somente enquanto a apropriação crescente da riqueza abstrata é o único motivo de suas operações que ele funciona como capitalista ou capital personificado, dotado de vontade e consciência. (MARX, 2013, p.296)

Por outro lado, ele também demonstra que a situação daquele que vende sua força de trabalho, embora uma pessoa livre e que a vende de forma consciente e voluntariamente, é, de todo de submissão ao proprietário dos meios sociais de produção.

Segundo Marx (2013), a força de trabalho só pode ser vendida pelo seu próprio possuidor e, para vendê-la, seu possuidor deve dispor dela, ser o livre proprietário de sua capacidade de trabalho e vendê-la apenas por parte de seu tempo, pois se a vende por todo o seu tempo, deixa de ser livre proprietário de sua força de trabalho e passa a ser escravo de seu senhor. Deixa de ser proprietário de uma mercadoria e passa a ser a própria mercadoria.

O antigo possuidor de dinheiro se apresenta agora como capitalista, e o possuidor de força de trabalho, como seu trabalhador. O primeiro, com um ar de importância, confiante e ávido por negócios; o segundo, tímido e hesitante, como alguém que trouxe sua própria pele ao mercado e, agora, não tem mais nada a esperar além da...despela. (MARX, 2013, p.323)

Marx considera ainda que aquilo que o trabalhador deve vender ao capital como força de trabalho é o que for necessário para sua subsistência ou o que for necessário para que ele receba recursos - dinheiro - suficiente para comprar aquilo necessário à sua subsistência. O tempo de trabalho necessário para isso corresponde à sua jornada de trabalho. Se o tempo que ele trabalha é superior ao tempo necessário para conseguir o equivalente à sua subsistência, então esse tempo fica caracterizado como mais valor ao produto comprado pelo capitalista, ou seja, a força de trabalho. Daí se origina, segundo ele, a exploração da força de trabalho e do trabalhador. O que ele denomina de “taxa de mais valor” é, portanto, a expressão exata da exploração do trabalhador pelo capitalista e, também, onde se origina a disputa entre as duas classes.

Marx detalha a mudança da sociedade feudal para a industrial, o que motivou o surgimento da sociedade capitalista. Muitos camponeses livres, possuidores de seus pedaços de terra e pequenos produtores de artigos agrícolas, passaram a ter suas terras usurpadas pelos antigos senhores feudais que, com o advento da indústria, detiveram os meios suficientes para se tornarem também os donos das propriedades fabris. Assim, os antigos camponeses foram obrigados a sair de suas terras e procurarem outras formas de subsistência, procurando as cidades e as fábricas e engrossando as fileiras daqueles que tinham de vender sua força de trabalho para sobreviver juntamente com suas famílias. Assim, surgiu a classe trabalhadora e assim se perpetuava também a exploração daqueles que detinham o poder econômico sobre aqueles que detinham apenas sua força de trabalho.

Tão logo esse processo de transformação tenha decomposto suficientemente, em profundidade e extensão, a velha sociedade; tão logo os trabalhadores se tenham convertido em proletários, e suas condições de trabalho em capital; tão logo o modo de produção capitalista tenha condições de caminhar com suas próprias pernas, a socialização ulterior do trabalho e a transformação ulterior da terra e de outros meios de produção em meios de produção socialmente explorados – e, por conseguinte, em meios de produção coletivos –, assim como a expropriação ulterior dos proprietários privados assumem uma nova forma. Quem será expropriado, agora, não é mais o trabalhador que trabalha para si próprio, mas o capitalista que explora muitos trabalhadores. (MARX, 2013, p.1002)

Marx aborda ainda o papel dos bancos ingleses no recém-nascido capitalismo. Ele relata que em 1694 foi fundado o Banco da Inglaterra, que iniciou a ação dos bancos como acumuladores da dívida pública. O Banco começou emprestando dinheiro ao governo inglês a juros de 8%, ao mesmo tempo que o parlamento autorizava a instituição a cunhar dinheiro com o mesmo capital, que voltava a ser emprestado ao público, sob a forma de notas bancárias. Logo, o dinheiro cunhado pelo próprio banco, se converteu em moeda com a qual o Banco passou a tomar empréstimos do Estado e, com esse, pagava os juros da dívida pública.

Não lhe bastava dar com uma mão para receber mais com a outra: o banco, enquanto recebia, continuava como credor perpétuo da nação até o último tostão adiantado. E assim ele se tornou, pouco a pouco, o receptáculo imprescindível dos tesouros metálicos do país e o centro de gravitação de todo o crédito comercial. (MARX, 2013, p.1003-1004).

Por fim, um dos mais importantes conceitos aplicados por Marx fala sobre a Mais Valia, que ele afirma significar parte do valor da força de trabalho dispendida pelo trabalhador durante a produção, mas que não é remunerado pelo patrão. Marx explica que a força de trabalho de um trabalhador – a mercadoria – possui o mesmo valor que o tempo que o trabalhador precisa para produzir o suficiente para receber seu salário e garantir o seu sustento e de sua família. Entretanto, muitas vezes, o valor desse tempo é menor que a quantidade de força de trabalho total e essa diferença é a “mais valia”. Essa é uma das mais duras críticas à transformação da força de trabalho em mercadoria e à exploração da classe dominada. Um caso prático que podemos apontar diz respeito à remuneração variável da categoria bancária, sobretudo na década de 90, quando esta era utilizada pela classe dominante – os banqueiros – para tentar compensar as claras perdas impostas à classe dominada – os bancários – naquele período.

O incremento da parcela fixa indireta e da parcela variável na composição da remuneração bancária diz respeito à redução de gastos com encargos trabalhistas e previdenciários, sendo que alguns benefícios, como o auxílio alimentação, têm até incentivo fiscal. Para o bancário, contudo, uma política de remuneração variável que substitua ou complemente (e não adicione) sua remuneração fixa é perniciosa, com perdas atingindo inclusive o adicional de férias, o 13º e o Fundo de Garantia. (DIEESE, Remuneração Bancária, p. 7)

2.2. A importância dos sindicatos na luta de classes

Como foi dito anteriormente, a sociedade capitalista se consolidou em meados do século XVIII, com o intenso desenvolvimento da maquinaria em substituição ao processo de produção artesanal. Porém, o emprego da força mecânica deixou sem trabalho um grande número de trabalhadores, substituídos pelas máquinas, fortalecendo ainda mais o capitalismo e dando margem para que fossem pagos salários ainda mais humilhantes aos operários das fábricas.

Neste momento, a divisão da sociedade atingiu sua plenitude; constituíram-se as duas classes fundamentais e antagônicas que compõem a sociedade capitalista. De um lado os capitalistas, que são proprietários dos meios de produção, como as máquinas, matérias-primas e que vivem da exploração da grande massa da população, e de outro, os proletários, que se encontram privados de toda a propriedade dos meios de produção e que só dispõem de sua força de trabalho, isto é, da sua capacidade de produzir. Noutras palavras, o produto criado pelo trabalho do operário passou a ser apropriado pelo capitalista. (ANTUNES, 1982, p. 11)

Inicialmente, os operários, sem capacidade de reação, se rendem ao jugo do capital, e, por conseguinte, às condições deploráveis de trabalho e remuneração impostas pelos capitalistas. Os trabalhadores, no entanto, têm como sua força principal, a sua quantidade, que cresce cada vez mais a cada dia quanto se desenvolve o próprio capitalismo. Unidos em organizações próprias, começaram a reunir condições de dispor de um meio de resistência contra as péssimas condições de trabalho e remuneração a que eram submetidos. Neste momento, reuniram as condições perfeitas para o surgimento dos sindicatos, que tinham como finalidade primeira impedir que os níveis salariais ficassem abaixo do necessário para a subsistência do operariado.

Os sindicatos, são, portanto, associações que nasceram do seio do operariado para a sua própria defesa e segurança contra a exploração do capitalismo. Ao tornarem-se representantes dos interesses da classe trabalhadora, os sindicatos unificaram os

assalariados, tirando-os de uma luta isolada e individual, passando a uma luta coletiva, tornando mais difícil para o capitalista, baixar demasiadamente salários, aumentar desumanamente jornadas ou impor condições de trabalho precárias.

A atuação dos sindicatos baseia-se nas lutas cotidianas da classe operária. Mas além disso, os sindicatos constituem-se também força organizadora da classe operária na luta pela supressão do sistema de trabalho assalariado. Devem ser considerados como centro de organização dos operários visando sua emancipação econômica, social e política. (ANTUNES, 1982, p. 13)

Sendo assim, os sindicatos representam, portanto, nos primeiros tempos do capitalismo, um grande progresso para a resistência da luta operária, pois tiraram o proletariado da luta solitária, geralmente ineficiente, para os rudimentos da união da classe trabalhadora. De grande importância para esse processo foi a lei votada pelo parlamento inglês, em 1824, que permitia aos operários a livre associação, o que antes só era permitido às classes dominantes. Nessa época, já existiam associações sindicais na Inglaterra, mas estas eram violentamente reprimidas. Conquistado esse direito, as uniões sindicais (*trade-unions*) multiplicaram-se por toda a Inglaterra, fortalecendo a luta contra a exploração capitalista. Assim, as *trade-unions* passaram a negociar com o patronato para fixar os salários para toda a categoria, evitando assim que os operários atuassem isoladamente. Caso a reivindicação não fosse atendida, greves eram deflagradas. Nessa mesma época iniciaram-se também as organizações de trabalhadores em federações.

Ante as constantes manobras dos capitalistas, as *trade-unions* auxiliavam financeiramente os operários em greve ou desempregados através das 'Caixas de Resistência', o que aumentava sobremaneira a capacidade de luta da classe operária e tornava arriscado para o capitalista diminuir os salários ou aumentar as horas de trabalho (ANTUNES, 1982, p. 18)

Entretanto, o patronato seguia pressionando os trabalhadores a não participarem da vida sindical, ameaçando-os através de punições e até demissões, o que obrigou o fechamento de algumas entidades e dificultou a organização da classe trabalhadora. Porém, é inegável que essas instituições foram uma primeira tentativa da organização dos trabalhadores na luta contra os capitalistas ao se levantarem contra os desmandos do patronato e ao utilizarem-se das greves como a principal arma contra os capitalistas, conseguiu-se dar os primeiros passos na luta pela emancipação da classe trabalhadora.

O crescente desenvolvimento da indústria em outros países europeus fez com que os sindicatos também nascessem em outras sociedades como França, Alemanha, Estados Unidos etc. Na França e na Itália, por exemplo, surgiu uma corrente sindical autointitulada “revolucionária”, que acreditava que sociedade capitalista não se transformaria através de reformas, mas sim, de greves gerais. Eles acreditavam que uma ação violenta e a greve geral levariam a um conflito de classes que acabaria com a vitória da classe operária. Uma outra corrente sindical foi constituída pelos sindicatos anarquistas, que defendiam que essas entidades teriam um papel fundamental na transformação da sociedade baseada em autogestão e sem interferências de qualquer forma de administração estatal.

Nas primeiras décadas do século XX, surgiu a corrente conhecida como corporativista, através da violenta repressão aos movimentos sindicais antifascistas, acabando com as lideranças operárias, além de fazer uso de uma grande manipulação das massas populares. Em 1927, Mussolini decretou a Carta Del Lavoro, que organizou os sindicatos italianos aos moldes corporativistas e sob o poder do governo fascista. Essa corrente negava a luta de classes expressando uma política de paz social com o objetivo de garantir a produção capitalista de larga escala e um alto grau de exploração operária.

Por fim surgiu a corrente comunista nos sindicatos tendo como objetivo transformar a luta *trade-unionista* numa luta pelo fim do sistema capitalista, levando ao operário uma consciência em nível revolucionário. Na Rússia, durante o fim do século XIX, surgiram sindicatos fundamentais para o avanço da classe operária, sendo eles fundamentais na Revolução Russa de 1917. Após a tomada do poder por parte da classe operária, os sindicatos passaram a ter um papel de educadores da massa operária, ensinando-os sobre o socialismo, além de serem uma “reserva de força” do estado.

Na verdade, os sindicatos tornaram-se indispensáveis para o desenvolvimento da classe operária nos primórdios do capitalismo e mesmo na sua fase atual, dominada pelo imperialismo. Foi, porém, com o surgimento do sindicalismo reacionário que se iniciou uma grande discussão entre as vanguardas operárias sobre a importância da atuação dentro daqueles sindicatos. (ANTUNES, 1982, p. 33)

Para Antunes (1982), não atuar dentro dos sindicatos, independentemente do seu caráter (reacionário, apolítico, trade-unionista, comunista etc.), era uma forma de se prestar um grande serviço aos interesses e ao poderio capitalista.

Antunes (1982) defendeu ainda o princípio da unicidade sindical. Segundo ele, toda divisão sindical é utilizada pelos capitalistas como forma de enfraquecer as lutas sindicais. Quando se cria uma série de pequenos sindicatos, em vez de um único sindicato fortalecido, cria-se também uma divisão de forças e faz-se com que seja mais difícil a luta por melhorias para toda a categoria. Essa pluralidade sindical faz ainda com que, às vezes, um sindicato dentre os vários existentes julgue-se no direito de representar toda uma categoria, mesmo ele não tendo legitimidade para tal. Isso acarreta numa dificuldade diante das negociações, além de pequenos sindicatos serem influenciados mais facilmente pelas grandes corporações fabris.

Pelo contrário, quando existe um único sindicato aglutinando várias empresas de um mesmo ramo, evidentemente isto o fortalece, aumentando sua força frente aos patrões, o que faz com que, quando este sindicato obtenha vitórias, elas beneficiem toda a categoria, indiscriminadamente, e não uma ou outra empresa, isoladamente. Vale lembrar que a existência do princípio da unicidade sindical não implica a obrigatoriedade da sindicalização; esta sim permanece a critério do trabalhador que opta ou não pela sindicalização. (ANTUNES, 1982, p. 38)

2.3. As mudanças no modo de produção do trabalho bancário

Até 1960, o bancário tinha como principal meio de trabalho a moeda. Por isso, nesse período, as transformações ocorridas no trabalho bancário foram lentas, porém caracterizadas pela busca da racionalização e mecanização do trabalho bancário. Até a Reforma Bancária de 1964, os bancos atuavam de maneira segmentada e regionalizada, a maioria de pequeno porte. A partir daí, o trabalho bancário começou a sofrer mudanças graduais na sua forma essencial, sempre com o objetivo de proporcionar ao patronato uma maior produtividade no setor, oferecendo novos serviços e produtos aos clientes e, ao mesmo tempo, intensificando processos de terceirização, flexibilização do trabalho e a exteriorização dos clientes das agências.

Segundo as pesquisadoras SILVA, Juliana e NAVARRO, Vera (2012), o processo do trabalho bancário no Brasil se divide basicamente em três etapas. O trabalho realizado

na década de 60 era feito por um trabalhador que exercia total controle sobre a execução do seu trabalho. Nesse período, o trabalho bancário era mais tradicional, cercado de status, e se resumia a atividades realizadas dentro das agências, como: contabilizar depósitos, recolher tributos, pagamentos, descontos de títulos, executar empréstimos e aplicações financeiras. Era um trabalho essencialmente burocrático e de confiança técnica.

Já por volta da década de 80, predomina o padrão de produção taylorista-fordista²⁰, com rotinas pré-definidas por programas de computadores, o que iniciou o processo de desqualificação do bancário, à medida que o conhecimento exigido no passado foi descartado. Já nessa fase, parte das atividades da categoria começaram a ser repassadas aos clientes, como o oferecimento de um novo serviço: os equipamentos de autoatendimento.

A última fase inicia-se por volta dos anos 90, caracterizando-se pelo aumento da automação e, conseqüentemente, por uma acentuada redução de postos de trabalho. Seguindo uma lógica do sistema financeiro internacional, as estratégias de reestruturação incutem no bancário atividades mais ligadas à consultoria financeira e comercialização de novos produtos e serviços.

O novo perfil requerido é o de um trabalhador que tenha a capacidade constante de se adaptar às mudanças. O modo de trabalhar de hoje requer um bancário com uma concepção mais generalizada, detentor de habilidades para lidar com situações imprevistas, subjetivas e diversificadas, apto para manejar máquinas com rapidez e destreza nos movimentos corporais, que cumpra as metas de produtividade estabelecidas pela gerência (SILVA, JL. NAVARRO, VL, 2012, tela 4)

Com todas essas transformações, esses novos bancários não consideram mais essa profissão como única, para a vida inteira. O emprego como bancário passa a ser visto, em muitos casos, como uma situação temporária para a concretização de outros projetos pessoais. Perde-se, assim, o status que antes existia nessa profissão.

20 Caracterizam-se principalmente pela divisão do trabalho, produção sob premência de tempo, tarefas repetitivas, direito de expressão reduzido, e até nulo, divisão entre concepção e execução e sistemas de controle elaborados.

Essas mudanças para uma era mais tecnológica e para um trabalho mais automatizado e diversificado acarretou também mudanças na organização e nas condições das relações de trabalho. A adoção dessas novas tecnologias, assim como as novas formas de gestão do trabalho bancário, geraram não só a diminuição abrupta da categoria, mas também resultaram em intensificação de ritmo de trabalho, sobrecarga de tarefas, aumento da pressão e controle sobre os trabalhadores, o que refletiu também na saúde dos trabalhadores, uma das categorias com alguns dos maiores índices de adoecimento.

Em reportagem exibida pelo programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, dia 28 de abril de 2019, O pesquisador Ricardo Antunes, da Universidade de Campinas-SP (Unicamp) considera que com o advento das novas tecnologias, sobretudo o uso cada vez mais constante dos smartphones, rompeu-se o que ele chama de “muralha entre o trabalho e o não trabalho”, destacando que, com isso, certas categorias de trabalhadores estão sempre à disposição do patrão.

A partir dos estudos do grupo de pesquisa Metamorfose do Mundo do Trabalho, os pesquisadores Ricardo Antunes, Luci Praun e Cláudia Mazzei Nogueira, apontam ainda a mudança nas formas de adoecimento dos trabalhadores. Enquanto antes da automação os trabalhadores adoeciam de doenças repetitivas, perdas auditivas, problemas de coluna, acidentes e outras de origem mais física. Hoje adoecem de ansiedade, depressão e outras doenças mais psíquicas, devido a pressão e cobrança constante que sofrem diariamente.

Os pesquisadores criaram o termo “infoproletário” para definir um novo perfil de trabalhador, segundo Antunes, todo e qualquer trabalhador que necessita de uma máquina para exercer seu trabalho, que necessariamente será de ordem digital. Segundo ele, esse tipo de produção se caracteriza por intensidade do trabalho, pouca criatividade, pouca capacidade de controle e nenhuma estabilidade. São exemplos de infoproletários motoristas de aplicativos, operadores de telemarketing, técnicos da indústria de software, vendedores do comércio digital e, claro, bancários.

O Sindicato dos Bancários de São Paulo analisou a reportagem exibida no Fantástico sob a ótica dos trabalhadores bancários. Na sua matéria, o Sindicato de São Paulo destaca pontos da pesquisa dos estudiosos como ambientes e organização dos

trabalhos precarizados e adoecedores dos trabalhadores, com mais trabalho, menos operários, trabalho invadindo o ambiente familiar, pressão por metas cada vez mais altas, desvalorização do trabalhador, humilhações, uso remédios tarja preta. “Essa mudança se reflete com força no setor financeiro. Entre 2009 e 2017, segundo dados do INSS obtidos pelo Sindicato, o total de bancários que tiveram benefícios acidentário ou previdenciário cresceu 30%. Mais de 50% dos casos referem-se a transtornos mentais (aumento de 61,5%)”, diz a reportagem.

Por fim, a reportagem finaliza que a luta sindical deve ser no sentido de proteger esses trabalhadores, com a defesa do emprego formal com garantias para a classe trabalhadora. Para o Sindicato, o problema não está na tecnologia, mas no uso que se faz dela, pois o uso dos avanços tecnológicos não pode ser meramente maximizar os lucros a qualquer custo. A matéria condena ainda o que chama de “uberização do trabalho”, que é colocar o trabalhador como patrão de si mesmo: jogar nas costas do trabalhador toda a responsabilidade laboral e até mesmo suas consequências para a saúde deste, sem qualquer garantia trabalhista é penalizar o lado mais fraco dessa relação.

Gradativamente, os bancários foram se transformando em “bancários vendedores”, tendo de estar capacitados para atender clientes de forma individualizada, personalizada, para cumprir metas a ele imposta de vendas de títulos, seguros, aplicações e outros serviços e produtos bancários.

Diante desse cenário, pode-se constatar a mudança do perfil do bancário: do contador com conhecimento sobre todo o processo de trabalho no banco, com perspectiva de carreira, detentor de um status social, a um funcionário pouco qualificado, fragmentado em tarefas simples e repetitivas. (GRISCI, BESSI, p.15).

Entre 1994 e 2003, o lucro das instituições financeiras aumentou 578% segundo o Dieese. Por sua vez, o setor que contava com cerca de 730 mil bancários no início dos anos 90 passou a 393 mil em 2001, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Emprego. Essa nova configuração do sistema financeiro brasileiro acabou facilitando a criação de categorias profissionais mais fragmentadas o que acabou impactando a representação e o poder sindical.

2.4. O bancário como vendedor: a mercantilização do trabalho

Marx definiu, em sua obra principal, O Capital, o conceito de mercadoria. Para ele, quanto maior a força produtiva do trabalho, menor é o tempo requerido para a sua produção e menor é o seu valor. Assim, a grandeza do valor de uma mercadoria está diretamente ligada à quantidade de trabalho necessária para produzi-la.

Assim, a grandeza de valor de uma mercadoria permanece constante se permanece igualmente constante o tempo de trabalho requerido para sua produção. Mas este muda com cada mudança na força produtiva do trabalho. Essa força produtiva do trabalho é determinada por múltiplas circunstâncias, dentre outras pelo grau médio de destreza dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento da ciência e de sua aplicabilidade tecnológica, a organização social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais. (MARX, 2013, p. 163)

Nos últimos anos, os bancos têm investido em novos recursos para diminuir custos e aumentar a produtividade e, conseqüentemente, seus lucros. O trabalho bancário que era valorizado, principalmente, por seu nível de conhecimento, passou gradativamente a ser substituído por máquinas e até por tecnologia utilizada pelos próprios clientes, dispensando a intermediação do trabalhador bancário e desvalorizando sucessivamente a sua função.

Segundo dados do Dieese, em 2016, as transações bancárias realizadas através de meios digitais representaram 57% do total das operações financeiras; em 2009 elas foram 31% do total, segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban). Esse aumento na diversificação dos negócios e na utilização das novas tecnologias propiciou aos bancos um aumento significativo nos seus lucros. Se em 2009, o setor financeiro lucrou R\$ 54,8 bilhões, em 2016 passou para R\$ 60,5 bilhões, um crescimento de 10,4% em sete anos.

As instituições estão investindo pesadamente em Analyctics (Big Data)²¹, computação cognitiva e implantação de Blockchain²². Tudo isso voltado a um maior desenvolvimento e expansão do uso dos canais de internet e mobile banking pelos seus

21 **Big Data Analytics** é o trabalho analítico e inteligente de grandes volumes de dados, estruturados ou não-estruturados, que são coletados, armazenados e interpretados por softwares de altíssimo desempenho.

22 **Blockchain** (também conhecido como “o protocolo da confiança”) é uma tecnologia de registro distribuído que visa a descentralização como medida de segurança. A **blockchain** é vista como a principal inovação tecnológica do bitcoin visto que é a prova de todas as transações na rede.

clientes, retirando o atendimento das agências e levando para instalações e equipamentos pertencentes aos próprios clientes.

A partir da união dos bancos com as Fintechs²³, os modelos de trabalho que se apresentam para o bancário sugerem, na prática, trabalhadores sem vínculo com a empresa ou com vínculos bem mais frágeis do que a categoria apresenta atualmente: são trabalhadores contratados por projetos, que incorporam profissionais de diversas áreas e as próprias fintechs, centralizados em “células ágeis”, para desenvolverem produtos e projetos.

Outra tecnologia que os bancos já estão se apropriando é a chamada Machine Learning (Aprendizado da máquina), que cria algoritmos extraíndo regras e padrões de grande volume de dados. É a mesma tecnologia utilizada por anúncios e promoções enviados aos clientes via smartphone ou redes sociais.

Apesar da aparente liberdade que esse modelo pode apresentar aos trabalhadores envolvidos, na prática, o controle exercido pelo patronato é bem maior, pois a grande acessibilidade, de onde o trabalhador esteja, acaba ultrapassando os limites da jornada de trabalho e da vida profissional, além de tornar muito mais frágil a relação empregador x trabalhador.

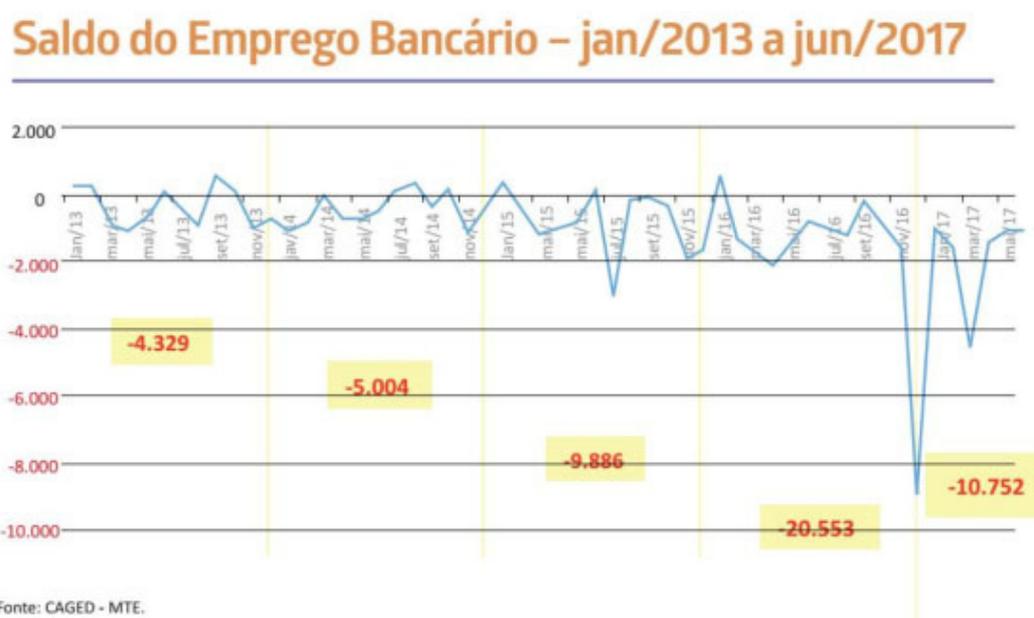
O perfil do bancário do futuro é o que já se vê trabalhando nas agências digitais. Ele deve estar disponível para todos os canais de comunicação para realizar o atendimento e deverá interagir com “robôs” (inteligência artificial), de modo a poder recomendar atendimento personalizado, apontando para os investimentos certos para cada perfil e para cada momento da vida do cliente (CONTRAF, 2017, p. 15)

A análise dos cinco eixos estratégicos do banco digital destacados pela Febraban leva à identificação de três principais tendências que afetarão fortemente o mundo do trabalho nos bancos: a redução da quantidade de trabalhadores nas funções diretamente ligadas às transações; a redução de trabalhadores nas áreas de apoio; a mudança no

²³ **Fintech** é um termo que surgiu da junção das palavras financial (financeiro) e technology (tecnologia). **Fintech** é uma startup que trabalha para inovar e otimizar serviços do setor financeiro. Essas empresas possuem custos operacionais muito mais baixos que de bancos tradicionais.

conteúdo do trabalho bancário, uma vez que a agência tradicional se tornará, cada vez mais, um ambiente para realização de negócios voltados a clientes de alta renda.

O emprego bancário é realmente a parte mais afetada nessa relação de expansão. Durante os anos 2000, até 2012, houve um considerável crescimento da categoria, embora numa velocidade bem inferior ao conquistado pelo sistema financeiro. A partir de 2013, o emprego bancário, mensurado pelo Cadastro de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego (Caged/MTE) veio apresentando queda, como mostra a tabela abaixo.



De acordo com pesquisas realizadas pela Contraf-CUT, em parceria com o Dieese, é expressivo o corte de postos de trabalho a cada ano nos bancos. Em 2018, por exemplo, foram fechados 2.929 postos. Nos últimos anos, planos de incentivo à aposentadoria e reestruturações dentro dos bancos (como BB, CEF, BNB e até Bradesco) reduziram drasticamente a categoria.

Essa redução no número de trabalhadores nos bancos está aliada à redução do número de agências físicas, algumas sendo substituídas por agências digitais. Já existem no Sistema Financeiro Nacional instituições completamente digitais, sem falar no número crescente de correspondentes bancários, que fazem várias funções de uma agência, mas

sem dar gastos aos banqueiros e sem as mesmas condições de segurança de uma unidade bancária normal.

Essa redução nos empregos e de postos de atendimento é resultado de uma mudança na estratégia de atuação dos bancos. Essa mudança se baseia em dois pilares: o mobile banking e os correspondentes bancários. O mobile banking consiste na utilização da tecnologia para a realização de operações bancárias, através de smartphones e outros canais online, sem a intermediação de um trabalhador bancário. Segundo a Contraf, essa intermediação só foi regulamentada apenas em 2013, mas em 2016 já concentrava 34% das transações bancárias, de acordo com a Pesquisa Febraban de Tecnologia Bancária 2016. Essa realidade tem sobrecarregado ainda mais os trabalhadores.

As operações e as formas de atendimento, também, estão mudando rapidamente e afetando profundamente a rotina dos bancários trabalhando em sistemas de home office ou, por escala, em prédios administrativos, para o atendimento de clientes digitais. Trabalhadores que ficam disponíveis por meio de todos os canais de comunicação possíveis - telefone, chat, e-mails, entre outros. Sendo monitorados constantemente (CONTRAF, 2017, p. 21).

Por outro lado, os correspondentes bancários já estão consolidados no país, em funcionamento desde o início dos anos 2000. Eles são formados por parcerias entre instituições financeiras e empresas do setor do comércio para a “comercialização” de produtos e serviços bancários sem a intermediação de um trabalhador bancário. O número de estabelecimentos desse tipo aumentou 1.475% entre 2001 e 2015, segundo dados do Banco Central do Brasil.

OCUPAÇÕES EXPRESSIVAS NOS BANCOS – 2012 A 2015

OCUPAÇÃO	2012	2013	2014	2015	VARIAÇÃO 2015/2012
Escriturário de banco	15.597	8.701	6.849	4.708	-10.889
Caixa de banco	47.419	45.640	43.491	41.518	-5.901
Assistente administrativo	14.344	10.982	9.771	10.011	-4.333
Supervisor administrativo	17.828	16.120	14.943	14.343	-3.485
Chefe de serviços bancários	11.018	9.845	7.658	7.547	-3.471
Gerente de contas – Pessoa Física e Jurídica	45.239	40.389	40.409	42.008	- 3.231
Analista de desenvolvimento de sistemas	8.191	7.848	6.174	5.509	- 2.682
Gerente de agência	13.723	13.468	13.260	13.298	-425
Gerente Administrativo	24.038	23.686	23.342	23.852	-186
Analista Financeiro	5.155	4.951	6.023	5.900	745
Administrador	7.154	5.607	8.751	9.251	2.097
Atendente de Agência	4.959	5.823	10.231	10.350	5.391

FONTE: RAIS – MTE. Elaboração: DIEESE – Rede Bancários

Essa estratégia, aliada ao mobile banking, está esvaziando as funções que tradicionalmente concentram grande volume de trabalhadores nos bancos, como caixas e

escriturários. “Para as instituições financeiras, a nova onda tecnológica representa expressiva redução de custos operacionais com papéis, arquivos físicos, postagem, impressão, transporte de valores e, principalmente, força de trabalho (DIEESE, 2017, p. 18)”.

Essas alterações no mundo do trabalho têm tido grande repercussão no mundo sindical: os trabalhadores de uma mesma instituição passam a estar fragmentados (financeiros, securitários, terceirizados, bancários). Assim, a taxa de sindicalização no setor também sofreu impactos. Tanto com essa fragmentação como com a diminuição da categoria via desligamentos voluntários e antecipação de aposentadoria. Por isso, a defesa do emprego é uma pauta constante nas mesas de negociação permanente entre banqueiros e bancários e nas campanhas nacionais anuais.

2.4.1. Agências bancárias versus Agências de Negócios

À medida que avança o esvaziamento das atividades tradicionais das agências bancárias, ocorre também a mudança na rotina de trabalho que se transforma, basicamente, para as áreas de consultoria e relacionamento. Dessa forma, não só os postos de trabalho são reduzidos como aqueles que permanecem nas agências têm de lidar com o aumento da intensidade do trabalho e com a exigências de novas habilidades, principalmente relacionadas à venda de produtos e serviços financeiros.

Com as transações cada vez mais sendo realizadas em ambientes externos às agências bancárias, os trabalhadores tendem a se fragmentar, dividindo-se em categorias distintas: bancários, comerciários (correspondentes), processamento de dados (setores de tecnologia da informação) etc. A situação afeta fortemente o sindicalismo, que encontra agora desafios crescentes para representar e defender os direitos dos trabalhadores, que tendem a ficar cada vez mais isolados, dificultando o sentimento de pertencimento, de identidade coletiva de classe. Diante desse cenário, o movimento sindical bancário tem debatido e buscado novas estratégias para enfrentar as mudanças em curso. Após muitos debates sobre tecnologia e impactos o emprego e nas formas de trabalho, durante a Conferência Nacional dos Bancários em 2016, a categoria aprovou um artigo visando regular aspectos das condições de trabalho nas agências digitais.

Realizar a discussão sobre as mudanças tecnológicas deu aos dirigentes da categoria a possibilidade de apresentar crescentemente novas demandas nas pautas de reivindicações. É uma agenda extensa, que mexe com vários elementos centrais da relação de trabalho no novo cenário (salário, estabilidade provisórias, emprego, jornada, qualificação e requalificação profissional, assédio moral, metas e saúde). Há ainda muitas reivindicações acerca da terceirização e do correspondente bancário, em múltiplas consequências para a categoria bancária. (DIEESE, 2017, p. 23)

A partir disso, a atuação sindical não se restringe à negociação coletiva, englobando também uma série de mobilizações junto ao poder público para que as novas formas de trabalho sejam reguladas de uma maneira favorável aos trabalhadores.

No momento, o movimento sindical bancário, reconhecendo os imensos desafios e as dificuldades, busca reinventar as formas de organização, ação sindical, greves, paralisações e a própria negociação, em um contexto de fragmentação, pulverização dos trabalhadores e de crise das entidades de representação coletiva (DIEESE, 2017, p.24).

2.5. A greve como instrumento de luta dos trabalhadores

De acordo com Lênin (1922), uma das mais importantes tarefas dos sindicatos é a defesa, em todos os aspectos, dos interesses dos trabalhadores. Portanto, recai sobre os sindicatos a obrigação de contribuir, da melhor forma possível, para melhorar as condições de existência dos seus representados. Dessa forma, Lênin considera que é fundamental para os sindicalistas conhecer o estado de ânimo das massas, suas aspirações e necessidades, para conquistar a confiança de sua base de representados e conquistar assim, a satisfação de suas aspirações.

Lênin considera que o papel dos sindicatos na luta contra o capital era fundamental, pois, segundo ele, é impossível para o operário lutar sozinho contra o patrão. Ele analisava que, quando a indústria, e por consequência, os patrões, prosperam, obtendo assim grandes lucros, não pensam em reparti-los com seus empregados, mas se estão em crise, despejam imediatamente sobre os operários seus prejuízos. Isso força o proletariado a se unir contra o patronato e a declaração de greve é um dos principais instrumentos dessa luta patrão x empregado (LENIN, 1924). Para ele, por emanarem da própria natureza do capitalismo, as greves significam o começo da luta da classe trabalhadora contra essa estrutura da sociedade. Cada greve lembra ao patronato o quanto

necessitam de seus operários e a estes, que não estão sós, que unidos não servem somente para enriquecer seus patrões e que podem viver como pessoas. A greve ensina os operários a unirem-se e a pensar na luta de toda a classe trabalhadora, assumindo assim, o seu papel de ator social.

De acordo com Márcia de Paula Leite, em sua obra *O Movimento Grevista no Brasil* (1987), as primeiras movimentações grevistas surgiram devido às péssimas condições de trabalho a que eram submetidos os trabalhadores das fábricas no nosso país. Assim como Lênin, ela também considera que a greve é o principal instrumento que os trabalhadores possuem para enfrentar o capital.

Ao paralisar o trabalho, a massa de trabalhadores nega o poder regulador do capital no interior da empresa, passando a determinar sua atuação. Ao invés de obedecer às determinações dos empregadores. Subverte-se, assim, a situação de poder no interior da empresa, e as normas anteriormente ditadas pelos patrões e seus auxiliares deixam de ser respeitadas e seguidas pelos produtores. Nesse processo, os trabalhadores abandonam a condição de submissão a que estão relegados no dia-a-dia da produção pelo poder do capital, as condições de opressão sob as quais são obrigados a se curvar cotidianamente e recuperam a dignidade de seres humanos donos de seu destino (LEITE, 1987, p. 12)

CAPÍTULO 3

A “artesanía” da greve dos bancários

3.1. A dinâmica da greve

Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro (Contraf-CUT), a categoria bancária é a única do país a possuir uma Convenção Coletiva de Trabalho com vigência em todo o território nacional, abrangendo trabalhadores de bancos públicos e privados. Por conta disso, toda a organização da campanha salarial da categoria também segue um viés e um direcionamento nacionais.

Desde o ano de 2009 damos nossa contribuição a essa movimentação estando no comando do Sindicato dos Bancários do Ceará, sendo nós mesmos o primeiro entrevistado para esse trabalho através de relato ao cientista social Hebert Lima.

Antes de qualquer movimentação da Campanha Nacional da categoria bancária, a confederação realiza junto aos bancários uma consulta, elaborada a partir de um questionário que é levado às bases pelos sindicatos filiados à Contraf-CUT. Por meio dessa consulta é apresentada à categoria temas importantes e esta elenca aqueles que considera prioritários.

A gente faz reuniões, assembleias, tira delegados, faz consulta com os bancários, congressos, a gente fecha uma pauta nacional e autoriza os sindicatos e os sindicatos autorizam o Comando Nacional a fazer a negociação da categoria bancária junto à Federação Nacional dos Bancos” (ENTREVISTADO 1)²⁴

Paralelamente, o Comando Nacional dos Bancários, comissão negociadora que senta à mesa com os representantes dos bancos durante a campanha nacional, traça um calendário de congressos, encontros e conferências para debater com a categoria os temas importantes para aquele ano. O Sindicato dos Bancários do Ceará, por exemplo, realiza, de acordo com o calendário nacional, o Encontro Estadual dos Bancários, que define as prioridades dos bancários do Estado e elege delegados que vão representar os bancários

24 ENTREVISTADO 1: Carlos Eduardo Bezerra Marques, presidente do Sindicato dos Bancários do Ceará e autor deste trabalho. Entrevista concedida em 2016.

cearenses na Conferência Regional da Fetrafi/NE (Federação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro no Nordeste), e representantes para os Congressos Nacionais por Bancos (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste do Brasil, que elenca prioridades específicas a serem debatidas com o respectivo banco e fará parte de um acordo aditivo daqueles trabalhadores²⁵). Por sua vez, a Conferência Regional determina as prioridades de cada região e elege delegados à Conferência Nacional dos Bancários que, geralmente realizada em São Paulo, delibera sobre a pauta de reivindicações da categoria a ser entregue aos representantes do braço sindical da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban).

Durante o processo de encontros e conferências realizados entre os bancários, uma comissão se reúne para traçar uma campanha de mídia. A campanha escolhe um mote para aquele ano que vai dialogar com bancários e sociedade, traçando peças publicitárias para divulgar a campanha nacional da categoria.

A pauta dos bancários geralmente é entregue no início de agosto, já que a data base da categoria é 1º de setembro. Pauta entregue à Fenaban, o Comando Nacional dos Bancários se reúne novamente para traçar estratégias para a campanha nacional e se reúne inicialmente com os banqueiros para formalizar um calendário de negociação por temas: saúde e condições de trabalho, segurança bancária, remuneração, pautas sociais etc. Desde a campanha de 2004, a estratégia adotada pelo Comando Nacional dos Bancários para negociar com os banqueiros é uma mesa única de negociação onde, de um lado, estão representantes dos bancários de todo o país e do outro, representantes dos principais bancos que, juntos, tentam chegar a um consenso para a assinatura da Convenção Coletiva dos Bancários.

Em 2003, nós fazíamos discussões lá atrás que eram eminentemente econômicas e passaram a ser sociais e econômicas. E ao longo desse tempo, nós fomos evoluindo pra colocar no calendário, rodadas de negociação que esgotem a temática da negociação coletiva dos bancários. E, no processo de aperfeiçoamento das nossas temáticas negociais, nós vamos aperfeiçoando a minuta de reivindicações, separando ela por grandes temas: segurança, saúde, igualdade de oportunidades, emprego, condições de trabalho e remuneração [...] Hoje a remuneração sempre tem sido o último item a ser apresentado pra

25 Nos últimos anos, a categoria está realizando também encontros nacionais de bancos privados (Bradesco, Santander, Itaú etc.) e financeiros, que são eleitos em assembleias extraordinárias específicas.

negociação [...] e ao final dessas rodadas, há um novo agendamento, onde os bancos marcam para apresentar uma proposta [...] Os bancos fazem propostas e colocam como derradeiras aquelas medidas, após um processo bem exaustivo de negociação (ENTREVISTADO 1)

Em cada reunião, os bancários apresentam os pontos constantes na pauta e ao final, a Fenaban agenda uma data para fazer uma proposta global ou por temas. Essa proposta é levada à categoria em seus respectivos sindicatos para ser analisada. Se satisfatória, ela é aprovada e o acordo fechado. Se não, é nesse momento que geralmente se deflagra a greve dos bancários por tempo indeterminado. Entretanto, esse não é um debate simples. Dentro do próprio Comando Nacional dos Bancários existe uma pluralidade de discursos, onde vários ideários estão representados²⁶. Dessa forma, ao receber uma proposta da Fenaban condizente para ser levada a uma assembleia, a representação do Comando se reúne e delibera, após uma discussão sobre os prós e os contras, e delibera a respeito de uma orientação à categoria durante as assembleias. Mas ao final, quem decide de fato o rumo das negociações ou de uma provável greve é o trabalhador.

Tido por outras categorias como um modelo a ser conquistado, essa organização só é possível quando os trabalhadores deixam de lado possíveis diferenças que possam existir entre eles e se unem para lutar por aquilo que é comum. Assim, o Comando Nacional dos Bancários consegue reunir 118 sindicatos e 10 federações de diversas centrais sindicais (CUT, Intersindical, CTB e UGT), que juntas representam 94% dos bancários do país, de um total de 467.686 trabalhadores (Rais 2017).

Desde 1992, essa união levou a diversas conquistas para os bancários e bancárias, que reconhecem o trabalho dos sindicatos ligados ao Comando. Não é à toa que eles têm, em média, uma taxa de sindicalização de 52%. (CONTRAF-CUT, jan/2019, p. 29).

²⁶ O Comando Nacional dos Bancários representa dez federações de todo o País e cerca de 35 dos maiores sindicatos de bancários no Brasil. A partir daí, dentro dos representantes do Comando existem membros de diversas centrais sindicais, como CUT, CTB, UGT, Intersindical, CSP-Conlutas, todos representando diversas correntes de pensamentos diferentes. Entretanto, durante a Campanha Salarial, procuram chegar a um consenso para deliberar sobre a orientação a ser dada à categoria durante as assembleias em todo o País, com o objetivo de se construir um mesmo acordo, minimamente satisfatório, para os bancários em nível nacional. Diante disso, as negociações com a Fenaban, principalmente àquelas para se construir uma proposta para encerrar a greve, entram muitas vezes pela madrugada, assim como os debates dentro do próprio Comando para se chegar a uma orientação aos bancários.

Como já explicitamos no capítulo inicial deste trabalho, a história do movimento sindical bancário se confunde com a própria história do movimento operário, datando de longa data. Por isso, o objeto central de análise deste trabalho serão as campanhas nacionais compreendidas na década de 2000, sobre a partir de 2003 até o período atual. Nesse período houve uma mudança significativa na política brasileira, a eleição do representante do campo progressista para a presidência do País, Luiz Inácio Lula da Silva, que permitiu uma organização sindical mais sólida por local de trabalho e um melhor diálogo com os representantes do patronato. Entretanto, trataremos mais destacadamente das greves dos anos de 2004, 2016 e da campanha nacional 2018, dadas as suas peculiaridades que explicitaremos a seguir. Os demais anos dessa década abordaremos de maneira geral.

3.1.1 Campanha de mídia: o diálogo entre a categoria e a sociedade

Concomitantemente às preparações para a campanha salarial dos bancários, uma outra campanha é preparada: a campanha de mídia. Departamentos de comunicação dos diversos sindicatos e federações, que compõem o Comando Nacional de Comunicação da Contraf-CUT, realizam reuniões onde discutem o slogan, temas e propostas de peças publicitárias e de comunicação para a campanha nacional dos bancários daquele ano. O objetivo é estimular a união e a participação da categoria, divulgando ainda as principais bandeiras de luta da categoria para a imprensa e para a sociedade.

Inicialmente, a ideia era criar um slogan para unificar uma identidade à campanha nacional dos bancários. Atualmente, a campanha de mídia dos bancários, além de criar essa identidade, disponibiliza uma série de peças publicitárias a todas as entidades sindicais bancárias, desde artes de camisas, adesivos, faixas (para atividades de rua), até materiais para presskits (destinados à imprensa), banners para sites e cards para redes sociais. O investimento cada mais massivo em comunicação tem o objetivo de dialogar com os diversos setores da sociedade, divulgando a campanha dos bancários e tentando tirar o foco do corporativismo sindical.

Geralmente publicados durante a Campanha Salarial dos Bancários, o Jornal do Cliente é publicado pela Contraf-CUT e disponibilizado para todos os sindicatos em

versões para a internet e gráfica. O objetivo é dialogar com a sociedade, mostrando que a categoria também reivindica benefícios para a população como mais contratações para um melhor atendimento, responsabilidade social dos bancos com tarifas mais baixas, juros menores, uma política de trabalho voltada para um melhor atendimento a todos etc. Esporadicamente, o Jornal do Cliente ainda aborda campanhas específicas como mais segurança, defesa dos bancos públicos, entre outras²⁷

Após as diversas reuniões do Comando Nacional de Comunicação, uma proposta de campanha de mídia é apresentada durante a Conferência Nacional dos Bancários. Com o conceito aprovado, as peças são distribuídas às entidades que cuidam da divulgação da campanha nacional dos bancários em níveis locais.

Com a entrega da pauta de reivindicação dos bancários aos representantes dos banqueiros, a Fenaban, a categoria marca uma data nacional para que cada sindicato promova o lançamento da campanha em nível local, quando são divulgados à sociedade o tema da campanha daquele ano, as pautas e as peças publicitárias.

Durante o período estudado (a partir de 2003), tivemos os seguintes motes e conceitos:

2003 – *Bancário Unidos: Que a responsabilidade social vença a ganância.* A campanha destacava a alta lucratividade do setor financeiro e o pouco retorno que davam à sociedade e à categoria, apesar das belas propagandas que os banqueiros faziam na TV.

2004 – *Bancários, a hora é agora.* As peças aludiam à campanha unificada e conclamavam os bancários para defender bandeiras como ganho real, mais contratações e aumento do horário de atendimento com dois turnos de trabalhadores.

2005 – *Banqueiro não é flor que se cheire.* Uma referência à data-base da categoria, 1º de setembro, conhecido como mês da primavera.

2006 – *Unidos Conquistamos Mais.* Remetia ao momento em que a categoria bancária iniciava a primeira campanha do ramo financeiro.

²⁷ As edições são disponibilizadas no site da Contraf-CUT, na seção Publicações, como este em defesa dos bancos públicos: <https://contrafcut.com.br/publicacoes/publicacoes-jornal-dos-bancarios-bancos-publicos-biro-1f6d/>

2007 – *A gente vale mais.* Uma alusão para cobrar aos banqueiros a valorização de clientes, usuários e bancários.

2008 – *Somos 450 mil – Juntos para avançar.* A campanha enfatizava a luta por mais salários, mais bancários e melhor qualidade de vida.

2009 – *Bancos Abusam – Cadê a Responsabilidade Social?* O tema destacava que banqueiros contam suas fortunas, bancários e população sofrem dentro das agências. Bancários, com a pressão para cumprir metas absurdas e a ameaça do desemprego, e a sociedade com as filas intermináveis, fruto do não investimento dos bancos em seus quadros de pessoal. E cobravam a responsabilidade social dos bancos que, para os bancários se faz com geração de empregos, melhores salários, redução das filas, queda dos juros e tarifas, mais segurança e condições dignas de trabalho.

2010 – *Outro banco é preciso: pessoas em 1º lugar* (baseado no tema do Fórum Social Mundial daquele ano “Outro mundo é possível”) - O objetivo era mostrar que é possível outro sistema financeiro, que respeite e valorize bancários e clientes e que esteja a serviço da sociedade.

2011 – *Queremos Emprego Decente.* A intenção da marca era retratar a realidade dos bancários e o desrespeito dos bancos.

2012 – *Chega de truques, banqueiro!* – A ideia era desmascarar as artimanhas e o ilusionismo dos donos de bancos. mostrando à sociedade as falácias que eles costumam usar para negar conquistas à categoria bancária.

2013 – *Vem Pra Luta!* - Em sintonia com as manifestações de rua que aconteceram em junho daquele ano. Foco para dialogar com os bancários e as bancárias e fazer com que se sentissem parte da mobilização.

2014 - *#QueremosMais.* O tema era alusivo ao fato de que, com a alta lucratividade do setor financeiro, ano após ano, era possível oferecer condições mais dignas à categoria: mais salários, mais saúde, mais emprego, mais segurança e mais igualdade de oportunidades.

2015 – *Exploração Não Tem Perdão.* A proposta previa a utilização de sete eixos chamados de os 7 Pecados do Capital: assédio, discriminação, ganância,

irresponsabilidade, mentira, ostentação e terceirização. A ideia era mostrar que os banqueiros são exploradores da categoria bancária. E o lucro exorbitante que os bancos obtêm é o resultado da exploração dos trabalhadores e clientes. A mobilização da categoria bancária seria a arma fundamental para reverter essa situação.

2016 – *Só a luta te garante!* – a arte da campanha era composta por uma rosa vermelha. A cuidadosa escolha da imagem e do mote da campanha dialogaram com a delicadeza da rosa vermelha para lembrar as discriminações que as pessoas sofrem nos bancos. A construção da figura da rosa somou os símbolos da igualdade, resistência, luta e tolerância. O cenário de golpe institucional que resultou na queda da presidente eleita Dilma Rousseff e as ameaças à classe trabalhadora propostas pelo governo de Michel Temer motivaram a escolha do slogan que enfatizava duas palavras: resistência e luta.

2017 - *Só a luta te garante!* - A assinatura de um acordo de dois anos preservou a categoria da perda de direitos, muitos deles retirados com a reforma trabalhista de Temer. A campanha nesse ano seguiu retratando a resistência e a luta nas discussões das mesas de negociações específicas que ocorrem de forma permanente, banco a banco.

2018 – *Todos por tudo.* A arte da campanha deste ano enfatizava, acima de tudo, a unidade para defender direitos conquistados na Convenção Coletiva da categoria bancária. Com a reforma trabalhista, um mecanismo muito importante caiu por terra: o princípio da ultratividade, que garantia que até o fechamento de um novo acordo, os direitos garantidos na Convenção anterior estavam assegurados. O objetivo da campanha de mídia era mostrar que os bancários não iriam admitir nenhum direito a menos.

3.2. Como a categoria bancária retomou o instrumento da greve

Como já abordamos no primeiro capítulo deste trabalho, a luta da categoria bancária conquistou muitos dos direitos que a categoria tem até os dias de hoje, muitos deles, frutos de greves históricas como a conquista da jornada de seis horas. Entretanto, como afirma o pesquisador Ricardo Antunes (1982), a categoria bancária, assim como o movimento sindical, enfrentou alguns períodos de dificuldades e até mesmo de clandestinidade, como aconteceu durante a ditadura militar.

No final da década de 70, as atividades renascem e o movimento sindical bancário retoma a sua atuação, arrancando novas conquistas dos banqueiros. Entretanto, observando os anos 90, sobretudo o período em que o Brasil era governado por Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a atividade sindical bancária arrefeceu devido, principalmente, à perseguição que o governo fazia aos funcionários de bancos públicos. Eram ameaças de demissão, transferências arbitrárias, descomissionamentos etc.

A diminuição do número de greves e uma certa ausência do cenário nacional indicam claramente uma sensível alteração do quadro de inserção do sindicalismo brasileiro e o grau de dificuldades que este vem enfrentando (...) Neste particular, o que se viu ao longo dos anos 90 foi um decréscimo deste tipo de prática. Em 1996 tivemos uma média mensal de 111 movimentos grevistas. Quando olhamos os dados para 1999, temos que tal média se reduz para 46 apenas. (SANTANA, 2011, p. 9)

Foi um período duro de reajuste zero, praticamente sem movimento grevista e, inclusive, com relatos constantes de suicídios dentro da categoria.

Na década de 90, com o encaminhamento de uma política neoliberal no Brasil, capitaneada a partir de Fernando Collor de Melo, transitória com Itamar Franco, mas muito profunda com Fernando Henrique Cardoso, num cenário inclusive de recessão econômica, a receita neoliberal acabou quebrando o país e isso afetou profundamente todas as categorias de trabalhadores do Brasil e, no caso dos bancários, as greves que ocorreram tiveram muito baixa adesão e, mesmo assim, tiveram algumas conquistas de resistência com direitos sociais e não econômicos. Porque oito anos da política de reajuste zero, de arrocho salarial e com a indenização com algum abono salarial, além de um processo de desligamento nos empregos muito forte que existiu nas empresas públicas, com a venda do patrimônio público, isso afetou não somente os bancários, mas toda a sociedade brasileira (ENTREVISTADO 1)

Entre 1995 e 2002, os bancários viram seus salários ficarem 8,6% menores em relação à inflação. Nos duros anos do governo tucano, a situação para os trabalhadores dos bancos públicos era ainda pior: a perda real no período foi de 36,3% no Banco do Brasil e de 40% na Caixa Econômica Federal. Quem não era bancário naquela época, talvez nem se lembre de como era difícil também para o movimento sindical. O governo do PSDB não respeitava os representantes dos trabalhadores, simplesmente não negociava. E ainda havia o desemprego, altíssimo, com o claro objetivo de desmobilizar a luta da categoria (TRIBUNA BANCÁRIA ED. 1356, p. 4)

HISTÓRICO DE REAJUSTE – CAIXA ECONÔMICA

ANO	INPC-IBGE	REAJUSTE	AUMENTO REAL
1995	25,80%	20,94%	-3,86%
1996	14,28%	0,00%	-12,50%
1997	4,30%	0,00%	-4,12%
1998	3,59%	1,00%	-2,50%
1999	5,25%	0,00%	-4,99%
2000	6,96%	0,00%	-6,51%
2001	7,31%	0,00%	-6,81%
2002	9,16%	5,00%	-3,81%
2003	17,52%	12,60%	-4,19%
2004	6,64%	8,50%	1,74%
2005	5,01%	6,00%	0,94%
2006	2,85%	3,50%	0,63%
2007	4,82%	6,00%	1,13%
2008	7,15%	10,00%	2,66%
2009	4,44%	6,00%	1,50%
2010	4,29%	7,50%	3,08%
2011	7,39%	9,00%	1,50%
2012	5,39%	7,50%	2,00%
2013	6,07%	8,00%	1,82%
2014	6,35%	8,50%	2,02%

HISTÓRICO DE REAJUSTE – BB

ANO	INPC-IBGE	REAJUSTE	AUMENTO REAL
1995	25,80%	25,00%	-0,64%
1996	14,28%	0,00%	-12,50%
1997	4,30%	0,00%	-4,12%
1998	3,59%	0,00%	-3,47%
1999	5,25%	0,00%	-4,99%
2000	6,96%	1,70%	-4,92%
2001	7,31%	2,00%	-4,95%
2002	9,16%	5,00%	-3,81%
2003	17,52%	12,60%	-4,19%
2004	6,64%	8,50%	1,74%
2005	5,01%	6,00%	0,94%
2006	2,85%	3,50%	0,63%
2007	4,82%	6,00%	1,13%
2008	7,15%	10,00%	2,66%
2009	4,44%	6,00%	1,50%
2010	4,29%	7,50%	3,08%
2011	7,39%	9,00%	1,50%
2012	5,39%	7,50%	2,00%
2013	6,07%	8,00%	1,82%
2014	6,35%	8,50%	2,02%

HISTÓRICO DE REAJUSTE – BANCOS PRIVADOS

ANO	INPC-IBGE	REAJUSTE	AUMENTO REAL
1995	25,80%	30,00%	3,34%
1996	14,28%	10,80%	-3,05%
1997	4,30%	5,00%	0,67%
1998	3,59%	1,20%	-2,31%
1999	5,25%	5,50%	0,24%
2000	6,96%	7,20%	0,22%
2001	7,31%	5,50%	-1,69%
2002	9,16%	7,00%	-1,98%
2003	17,52%	12,60%	-4,19%
2004	6,64%	8,50%	1,74%
2005	5,01%	6,00%	0,94%
2006	2,85%	3,50%	0,63%
2007	4,82%	6,00%	1,13%
2008	7,15%	10,00%	2,66%
2009	4,44%	6,00%	1,50%
2010	4,29%	7,50%	3,08%
2011	7,39%	9,00%	1,50%
2012	5,39%	7,50%	2,00%
2013	6,07%	8,00%	1,82%
2014	6,35%	8,50%	2,02%

Fonte: Tribuna Bancária – edição 1356

Diante desse cenário, os bancários começaram a acumular muitas perdas salariais, com a política do banco de horas achatando ainda mais os salários da categoria, alta rotatividade e a constante ameaça de demissão, era um cenário assim, a atividade sindical ficava severamente prejudicada.

A gente encontrava um mundo sindical e bancário com remuneração afetada, trabalho muito intenso, o fantasma do desemprego assolando as pessoas, você encontra as suas verbas rescisórias também sendo diminuídas por conta dessa nova forma de remuneração, que é um estado absolutamente dantesco no que se toca à relações de trabalho, muito embora você visse que a rentabilidade do setor bancário, como agora, ela figurava entre as melhores do país... Bem, num ambiente desses, era o que a gente costumava chamar de negociação da faca com o pescoço, fica muito comprometida a ação sindical porque você não vai para uma assembleia para deliberar sobre uma coisa que vai implicar na perda do teu emprego. (ENTREVISTADO 3).²⁸

O movimento passou a se reorganizar e retomar sua atuação completa, sobretudo, a partir de 2003, com a eleição de um governo popular que reabriu o canal de diálogo entre bancários e banqueiros e apresentou maior disposição para fechar acordos. Além disso, no setor bancário, os níveis de emprego aumentaram consideravelmente e cessaram as ameaças de privatização dos bancos públicos, que tiveram seu papel social fortalecido. De acordo com o coordenador técnico do Dieese - subseção Ceará, Reginaldo Aguiar, em entrevista concedida em maio de 2019, o governo Lula pode ser considerado uma pedra angular para o movimento sindical brasileiro, pois estabeleceu um marco nas relações de trabalho. A partir daí, a classe trabalhadora deixou de lutar simplesmente por reposição salarial e passou a reivindicar ganho real. Com isso, houve ainda mudanças importantes nas pautas da classe trabalhadora, que passou a incluir, além das pautas econômicas, reivindicações sociais. Isso tudo veio acompanhado de uma política nacional de valorização do salário mínimo, negociada junto às centrais sindicais, e que ajudou a valorizar também os pisos salariais de diversas categorias. Todas essas novas realidades eram estendidas, é claro, à categoria bancária. “são conquistas importantíssimas, conquistas sociais com relação à segurança no trabalho, condições de trabalho,

28 ENTREVISTADO 3: Reginaldo Aguiar, economista e coordenador técnico do Dieese Subseção Ceará.

remuneração, foi um período que, comparado a outros, foi histórico.” (AGUIAR, Reginaldo, entrevistado 3).

Segundo o pesquisador José Luiz Soares (2016), em artigo publicado na revista *Sociologia e Antropologia*, as greves bancárias exemplificaram bem esse cenário de crescimento. Para ele, os bancários saíram de uma agenda majoritariamente defensiva para outra, ofensiva, o que se refletiu sobretudo nos ganhos reais acima da inflação, reajustes na participação nos lucros e resultados, auxílios, benefícios, bem como a valorização do piso salarial.

A representação sindical só vai ganhar um contorno político mais definido em 2004, um tempo depois da eleição. E curiosamente, coincide com a vitória de Lula para a presidência da República numa retomada de esperança da classe trabalhadora, na verdade uma esperança enaltecida, superlativada, de que ali a gente deu uma guinada, de que tudo vai mudar, o mundo não será o mesmo e que nós cumprimos nosso papel histórico num curto período de tempo, fizemos a revolução através de uma eleição e estava tudo resolvido e os condicionantes para a eleição do Lula na verdade mostraram que a caminhada da classe trabalhadora ainda seria bastante tortuosa para atingir seus objetivos de curto e médio prazo (ENTREVISTADO 1)

Calculada pelo Dieese, a inflação registrada entre agosto de 2002 e setembro de 2003 foi da ordem de 17%. Como a estratégia da mesa única de negociação ainda não estava consolidada, as negociações da campanha nacional dos bancários em 2003 foram realizadas banco a banco. Nos bancos privados não houve greve, pois durante as negociações, os bancários conseguiram um aumento de 12,6% e a proposta foi aceita pelo setor, apesar de ainda permanecerem diversas pendências de caráter social e de condições de trabalho nos diversos bancos privados que existiam na época.

Nos bancos públicos - BB, Caixa Econômica, BNB e BEC (Banco Estadual do Ceará) - a greve durou 22 dias e também conquistou 12,6%. Durante as negociações houve um avanço econômico grande, entretanto o reajuste ainda ficou abaixo da inflação, o que gerou uma certa frustração por parte da categoria que diante da eleição de um governo popular, acreditava ver resolvidas todas as suas pendências. Porém, além do viés econômico, a greve de 2003, apesar das dificuldades, representou a interrupção de um processo de proposta de reajuste apenas com abonos salariais e com arrocho de salários. Representou a retomada do instrumento da greve na categoria bancária.

A Campanha Salarial 2003 foi iniciada em agosto. Os bancários reivindicavam, entre outras questões, reajuste salarial de 21,58% e piso de R\$ 1.421,62. Esse foi o primeiro ano de campanha salarial unificada. Bancos públicos e privados passaram a negociar com a mesma entidade (Fenaban), sem deixar de lado as negociações específicas. Em uma das negociações, a Fenaban ofereceu 9% de reajuste, valor recusado pelos bancários, porque a proposta da Fenaban representava metade da inflação do período. Sem avanços nas negociações entre funcionários e bancos públicos, os bancários do Banco do Brasil, da Caixa e do BNB entraram em greve. Após muitas manifestações, os bancários resolveram aceitar a proposta da Fenaban, de 12,6%, mas o BNB fechou acordo com valor menor de reajuste (apenas 7%). (TRIBUNA BANCÁRIA 951)

DURAÇÃO DAS GREVES DOS BANCÁRIOS 2003-2018	
ANO	NÚMERO DE DIAS
2003	22 dias (BB, CEF, BNB e BEC)
2004	28 dias
2005	6 dias
2006	6 dias
2007	7 dias
2008	17 dias
2009	28 dias
2010	15 dias
2011	21 dias
2012	10 dias
2013	23 dias
2014	7 dias
2015	21 dias
2016	31 dias
2017	Sem greve (Acordo bianual)
2018	Sem greve (com fechamento de acordo bianual)

Fonte: www.bancariosce.org.br

A vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições presidenciais de 2002 marcou o começo de uma era do sindicalismo brasileiro. Com a chegada de Lula da Silva à Presidência, sindicalistas ascenderam a postos no governo federal, inclusive de primeiro escalão. De outra parte, uma grande parcela das tendências político sindicais apoiou o governo Lula abertamente. Ambos os fatores despertaram dúvidas quanto à autonomia com que os sindicatos atuaram frente a um governo próximo politicamente, e provocou um aumento sensível nas tensões as tendências político-sindicais. (...) Finalmente, pode-se dizer também que mudanças foram sentidas em função das conjunturas de crescimento econômico, diminuição do desemprego e formalização do emprego vivida após 2004, as quais, indiscutivelmente, favoreceram as ações sindicais (SOARES, José Luiz, p. 498).

3.3. A greve de 2004

A greve dos bancários em 2004 foi a maior em 15 anos até aquela data. A campanha daquele ano superou o viés econômico e consolidou um momento de unificação da categoria. O movimento grevista durou 28 dias.

A decisão pela unificação da campanha teve como objetivo firmar um acordo que valesse para os setores público e privado. A minuta de reivindicações foi entregue ainda em junho. Com isso, a Executiva Nacional dos bancários tencionava fechar o acordo mais cedo, antes da data-base da categoria. Entretanto, logo na primeira negociação, os banqueiros alegaram dificuldade em conceder aumento real. Nas rodadas que se sucederam até o final de agosto, a última evolução do índice foi de 6% para 8,5%. Em outubro, 198 agências dos bancos públicos estavam paradas. (TRIBUNA BANCÁRIA, edição 950)

Foi a consolidação da mesa única de negociação, mas esse desenho organizativo da categoria foi duramente atacada pela interferência jurídica, que através de determinações judiciais e multas, tentou inviabilizar o movimento grevista. Apesar disso, esse foi o primeiro ano com a conquista de aumento real de salário: a inflação ficou em torno de 6,64% e o reajuste conquistado foi de 8,5%, representando 1,74% de aumento real.

A greve de 2004 representou não somente a paralisação das atividades trabalhistas, mas sobretudo uma oportunidade de encontro e de participação dos bancários na luta por melhores remunerações e condições de emprego. (TRIBUNA BANCÁRIA Nº 950)

A greve de 2004 representou um marco para a categoria bancária não somente porque foi a primeira a conquistar aumento real após um longo período de arrocho salarial, mas sobretudo, por seus avanços sociais e políticos. Foi a consolidação da unidade na mesa de negociação, foi uma greve longa (28 dias) que unificou a categoria novamente em prol de um objetivo em comum e também porque representou a retomada da disposição de luta dos bancários.

O lado negativo ficou por conta da “judicialização” do processo. Durante o movimento grevista, diversos interditos proibitórios (instrumento jurídico que protege a propriedade privada) foram utilizados de forma distorcida, sobretudo nos bancos privados, para tentar barrar o movimento da categoria e impedir a realização de piquetes nas portas das agências ou qualquer tipo de operações “tranca-banco”. A estratégia dos

bancos era em nível nacional. No Ceará, a OAB-CE e a Procuradoria Regional do Trabalho discutiram inclusive o funcionamento mínimo das agências bancárias no Estado, exigindo um mínimo de bancários para realizar o atendimento ao público, mesmo que a greve da categoria estivesse protegida pela Lei de Greve²⁹. Por sua vez, o movimento sindical no Ceará usou do típico humor cearense para realizar protestos pitorescos nas portas das agências de bancos onde eram concedidos os tais interditos, como distribuição de cachorros quentes, almoços, café da manhã e até simplesmente apresentações teatrais para denunciar a situação à população e à grande imprensa local.

À época, estava à frente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), o ministro Vantuil Abdala, que desde o início se disponibilizou a intermediar uma conciliação razoável para resolver a questão da greve dos bancários. Ao final, em julgamento daquele tribunal referente aos acordos da Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, foi determinado o reajuste proposto inicialmente pela Fenaban: 8,5%, abono de R\$ 1.000,00 e outros R\$ 30,00 fixos por mês para bancários com renda até R\$ 1.500,00. A determinação da justiça do trabalho determinou ainda o pagamento de 50% dos dias parados e os outros 50% foram compensados pelos trabalhadores.

Por fim, levada aos tribunais, a greve de 2004 até conquistou avanços, mas a proposta final foi inferior àquela que estava sendo oferecida na mesa de negociação³⁰. Para os bancos, também o desfecho não foi positivo: uma greve de quase um mês gerou

29 Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989, artigo X, inciso XI, determina como serviço essencial apenas o serviço de compensação bancária.

³⁰ Cabe mencionar que em 2005 entrou em vigor no país a Emenda Constitucional nº 45, que determina que os dissídios coletivos só podem ser instaurados na Justiça do Trabalho mediante comum acordo entre trabalhadores e empresários. Tal condição virtualmente impede a solução de conflitos trabalhistas coletivos mediante a arbitragem estatal e tem suscitado fortes críticas no meio sindical, entre elas a de que a Emenda 45 teria enfraquecido o poder de negociação das entidades, que já não mais poderiam contar com o recurso ao dissídio como forma de pressão diante da intransigência patronal nos processos de negociação. De fato, a Emenda 45 tende a trazer prejuízo aos trabalhadores, na ausência de outros mecanismos de fortalecimento do poder sindical, como a ultratividade dos instrumentos normativos uma vez findo seu prazo de vigência; a existência de uma Lei de Greve menos restritiva e formalista; a garantia contra a dispensa imotivada; o reconhecimento da organização nos locais de trabalho e a garantia contra condutas antissindiais por parte das empresas. Não obstante, os resultados das negociações salariais apurados pelo DIEESE para o período pós Emenda 45 não indicam que o movimento sindical tinha tido dificuldades adicionais para recompor o poder de compra dos salários. (DIEESE, 2012, p. 295)

um desgaste com a sociedade, além, obviamente, de perdas financeiras. No fim, foi uma decisão judicial que não atendeu nem um, nem outro.

Após uma década de 90 muito difícil e dura para a categoria e para a nossa organização, em 2004 conseguimos implantar, mesmo que de forma bem iniciante, a mesa única de negociação. E conseguimos uma proposta de reajuste acima da inflação. Na assembleia convocada para deliberar sobre essa proposta, nós dos sindicatos orientamos a sua aprovação, mas a categoria rejeitou e deflagrou a greve e, nós do Sindicato a acatamos e fomos para a greve. O trabalhador, talvez por ainda não compreender aquela estratégia de mesa única, queria mais, queria greve. E foram 30 dias. Sem rodada de negociação, sem proposta nova e ainda enfrentando os ataques do judiciário. O resultado foi judicializar a campanha e nós fomos aos tribunais para ajuizar dissídio coletivo e conquistar lá menos do que já tínhamos conquistado em mesa de negociação. No fim, não foi bom para ninguém (MARCOS SARAIVA, diretor do Sindicato dos Bancários do Ceará)³¹

A partir daí, essas estratégias viraram uma tendência da categoria nos anos seguintes, quando os bancários se deparavam com situações similares. “É uma coisa que, absolutamente, demonstra que, as conquistas que vieram e até mesmo a preservação das conquistas que vieram para os bancários saiu em cima de muito esforço” (AGUIAR, Reginaldo, entrevistado 3).

3.4. O que surgiu após a greve de 2004

A principal novidade da campanha nacional dos bancários de 2005 foi a criação do Comando Nacional dos Bancários, que negocia diretamente com o braço sindical dos banqueiros, a Fenaban. Assim, esse foi o primeiro ano que realmente todos os bancos nacionais, públicos e privados, assinaram o mesmo acordo. A partir daí, se adota como uma das prioridades das campanhas salariais da categoria a política de aumento real.

Segundo dados da Contraf-CUT, de 2004 a 2019, o ganho real acumulado será de 23% nos salários e 44,7% no piso da categoria. Além disso, até o início dos anos 2000, a pauta de reivindicação da categoria bancária era predominantemente de ordem

³¹ O diretor do Sindicato, Marcos Aurélio Saraiva Holanda, assumiu a presidência da entidade em 2004, quando o então presidente Vaumik Ribeiro se licenciou para assumir cargo na Caixa Econômica Federal. Ele nos concedeu essa breve análise sobre o que foi a greve de 2004. Depoimento colhido em maio de 2019.

econômica. A partir desse período, os bancários agregaram em sua pauta cláusulas sociais: ganhos que relacionam sobretudo melhores condições de trabalho, defesa do emprego, mais contratações, ampliação das licenças maternidade e paternidade, direitos homoafetivos, combate ao assédio moral nas agências, entre outras reivindicações. As sucessivas greves anuais, as campanhas salariais organizadas nacionalmente com a criação de uma comissão nacional de negociações com o patronato e os sucessivos ganhos da categoria transformaram os bancários em uma referência para os demais trabalhadores.

Toda a dinâmica do diálogo, organização da categoria bancária, campanha nacional de comunicação durante a campanha salarial - criando um diálogo com a sociedade - forte mobilização, grande representação dos sindicatos, negociação da estratégia prevendo impasses e greve, a superação do movimento grevista pelo processo de diálogo, de mobilização da greve para garantir direitos econômicos e sociais fazem parte da fórmula que o movimento sindical bancário desenvolveu a partir de 2004/2005 que pôs a categoria em posição de destaque no movimento operário nacional.

Cumprir destacar que metalúrgicos, trabalhadores da construção civil, dentre outros, vêm procurando se espelhar nos bancários para organizar-se, negociar e firmar contratações coletivas em nível nacional. Da mesma forma, o desenvolvimento recente de 'novas' agendas de atuação, a exemplo das lutas contra o assédio moral e por 'igualdade de oportunidades', vem repercutindo sobre outras categorias e influenciando suas práticas (SOARES, José Luiz, p. 507).

3.5. De 2005 a 2015 - período de lutas e conquistas

Como já citamos acima, a partir de 2003 a categoria passou novamente a utilizar a greve como instrumento de luta para conquistar direitos e garantir ganho real. Os dois primeiros anos desse período foram bem controversos, mas a partir daí, em 2005, a categoria bancária pode se organizar de forma mais concreta, e construiu um modus operandi específico de greve.

Aproveitando-se de conjunturas político-econômicas que se revelaram mais favoráveis que as vividas em governos anteriores, os bancários conseguiram realizar greves mais fortes e pôr em prática um repertório de ação coletiva diversificado, em favor de uma agenda plural, apresentando inclusive algumas inovações. Com uma rede de práticas que articulam sindicalismo, política e

direitos de diferentes modos, os bancários obtiveram alguns ganhos dignos de nota (SOARES, José Luiz, p. 513).

A criação do Comando Nacional dos Bancários foi uma das principais estratégias para essa “artesanaria”, pois unifica a luta da categoria, principalmente, no momento onde se estabelece o conflito. Antes, mesmo com a existência desde 1992 de uma Convenção Coletiva de Trabalho, cada banco negociava individualmente com a representação dos bancários e os bancos públicos não subscreviam a CCT.

A transformação da Confederação Nacional dos Bancários (CNB) em Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf), em 2006, aumentou a representatividade legal, englobando a partir de então a categoria dos financeiros. A aposta na mesa única de negociação e a adesão dos bancos públicos à Convenção Nacional da categoria também foram importantes conquistas de todo esse período.

Uma das inovações em termos de performance reivindicativa diz respeito à atuação da Contraf-CUT. Esta confederação foi criada em 2006, pelos mesmos grupos políticos que antes atuavam na extinta Confederação Nacional dos Bancários (CNB), com o objetivo de representar todos os trabalhadores do ramo financeiro, o que inclui, para além da categoria bancária: financeiros, securitários, operadores de telemarketing, especialistas em tecnologia da informação etc, tanto os contratados diretamente quanto os terceirizados (SOARES, José Luiz, p. 503)

Por outro lado, a manifestação da greve é uma interrupção de serviços que impacta a sociedade, os bancos e os próprios trabalhadores. Mas diante da alta lucratividade do setor financeiro, crescente a cada ano, a categoria não tem aberto mão de reajustes sem aumento real e isso deve vir acompanhado de outros ganhos como melhorias no piso salarial, na participação nos lucros, conquistas sociais³² e de condições de trabalho. Quando esgotadas as negociações no início da campanha, antes da data-base da categoria (1º de setembro), e os bancos não apresentam uma proposta que atenda minimamente esses pontos que a categoria considera já como essenciais, a mobilização é feita e o Comando Nacional dos Bancários indica aos sindicatos de todos o país a

³² Por exemplo: licença maternidade de 180 dias, licença paternidade de 20 dias, mesmos direitos para casais homoafetivos, melhores condições de segurança nas agências, igualdade de oportunidades, estabelecimentos de protocolos de combate ao assédio moral, entre outras conquistas sociais.

deflagração da greve por tempo indeterminado. Diante de propostas consideradas rebaixadas pela categoria, os trabalhadores entendem que os bancos empurram os bancários para a greve.

Nesse período, também se fortaleceu o conceito de unidade, quando os próprios sindicalistas de sindicatos por todo o país começaram a assimilar a importância de entrarem (assim como também saírem) todos juntos do movimento grevista. O fortalecimento desse processo de unidade também foi uma importante conquista desse período.

A adesão ao movimento grevista também foi um processo crescente. Por volta de 2003, 2004, a greve começava com uma adesão mais participativa em Fortaleza e, só com o passar dos dias, ia se estendendo para o interior do Estado. Se observarmos dez anos depois, por volta de 2014, 2015, percebemos uma greve mais consolidada já nos primeiros dias por todo o Estado. Os avanços das comunicações e da organização do movimento sindical bancário contribuíram para dinamizar o processo.

A dinâmica da realização das assembleias também foi mudando com o tempo. Inicialmente, nos primeiros anos da década de 2000, quando se deflagrava a greve, assembleias diárias eram realizadas na sede do Sindicato para avaliar e organizar o movimento do dia seguinte. Ao longo dos anos e, principalmente diante de movimentos grevistas mais longos, os sindicalistas perceberam que a quantidade de trabalhadores nas assembleias começava a diminuir diante da falta de novidades e de uma certa previsibilidade que ficava óbvia com o passar dos dias. Assim, nos últimos anos, as assembleias deixaram de ser diárias e passaram a ser periódicas - uma ou duas por semana - não mais para tratar de novidades da negociação, mas para realmente organizar o movimento e traçar estratégias de luta. Geralmente quando se tem uma proposta, e uma avaliação do Comando Nacional, para se aceitar e encerrar a greve, têm sido as mais participativas da categoria. Ressalte-se que, apesar da orientação do Comando para se aceitar ou recusar a proposta a ser apresentada, a decisão da assembleia é sempre soberana. A decisão é sempre do trabalhador. Um exemplo foi em 2004, quando a orientação de se aceitar a proposta feita pelo Comando Nacional foi recusada na maioria

das assembleias e a greve se prolongou por 30 dias, e acabou sendo inclusive levada aos tribunais, como vimos anteriormente.

Os sindicatos têm suas demandas, que passam às federações, que chegam até a Confederação que negocia em nome de todos uma determinada pauta. Ou tenta negociar. Depois de fechada a pauta, a tentativa de negociação, o que a gente tem observado em várias campanhas nacionais dos bancários, é que a categoria foi à greve não pela greve, mas pelo momento de impasse negocial. Quando houve esse impasse, a gente foi efetivamente à greve. E aí a greve se dá quando um índice não é conseguido, quando não há avanços na pauta geral como um todo. Nos últimos tempos, a gente tem visto cada vez mais as pessoas entendendo inclusive isso. Que o impasse negocial é que leva à greve. (ENTREVISTADO 2).³³

De acordo com o pesquisador Ricardo Gonçalves Severo, em seu artigo “Apontamentos sobre a greve dos bancários de Pelotas/RS e sua compreensão como ritual político”, publicado na Revista Café com Sociologia, a greve é um processo de construção e as assembleias são momentos em que se busca a unidade da categoria em torno de pautas em comum, “de forma a estabelecer a fronteira entre o ‘nós’ bancários em greve e ‘eles’ banqueiros”, (SEVERO, 2016, p. 116).

O segundo entrevistado de nossa pesquisa, o diretor do Sindicato dos Bancários do Ceará, José Eduardo Marinho, afirma que, por já ter intimidade com o movimento social, já que pertenceu ao movimento estudantil, sempre compartilhou da consciência de classe e participou de todas as greves desde que entrou como concursado no Banco do Brasil, em 2001. Entretanto, ele destacou uma diferença de entendimento do movimento se levamos em consideração ser simplesmente um trabalhador bancário ou ser dirigente sindical.

No momento em que eu quis defender eu fiquei mais pertencente ainda, o sentimento de pertencimento me veio mais forte. A partir do momento em que eu estou na gestão, esse sentimento vai ficando cada vez mais forte. É isso que dá para fazer uma tradução. Enquanto você é base, você tem um sentimento de pertencimento. É um. Quando você é direção, você tem um outro tipo de pertencimento, que é muito mais forte do que o sentimento de base, porque sendo direção você tem que ter um negócio que não necessariamente as bases o tem, que é a responsabilidade. Essa responsabilidade se dá com o tempo, com formação, e acreditando que o que a gente tá fazendo é o certo. (MARINHO, José Eduardo, ENTREVISTADO 2).

33 **Entrevistado 2:** José Eduardo Marinho, dirigente do Sindicato dos Bancários do Ceará

Segundo SEVERO (2016), a greve é uma das formas simbólicas mais importantes para se buscar a identidade sindical como uma forma de representação social.

A greve é, assim, um meio de pressão (instrumento de luta) e um modo de expressão de um grupo de trabalhadores que pode tomar formas diversas de acordo com a conjuntura em que é realizada. Ressalta-se que por configurar-se como um evento especial, mas que carrega em si os valores que estão presentes no cotidiano destes trabalhadores. (SEVERO, 2016, p. 117)

3.5.1. A política de aumento real

A conquista de aumento real durante todo o período dos anos 2000 foi um dos principais destaques das campanhas nacionais dos bancários. A rotina que vem acontecendo desde 2004 é um diferencial da luta operária no Brasil nesse período, onde as diversas categorias de trabalhadores no país não lutavam mais apenas por reposição salarial, mas com o desenvolvimento econômico em alta, a conquista de ganho real tornou-se uma tendência que, atrelada à política de valorização do salário mínimo, conquistada pelas centrais sindicais junto ao governo Lula/Dilma, ajudou a valorizar também o piso salarial dos trabalhadores.

A remuneração melhorou significativamente. O país passou a ter ganho real na maioria das categorias e isso também se estendeu aos bancários. Benefícios outros acabaram chegando também em cima de PLR, em cima de auxílios, o mundo sindical também se fortaleceu demais, diferente de quando ele saiu dos governos Fernando Henrique, o mundo sindical estava absolutamente numa situação de penúria. E ele sai já fortalecido - um ator importante que praticamente ninguém olhava, mas da noite para o dia o país passou a ter que saber que tinham os dirigentes sindicais, que tinha os sindicatos e que essas pessoas estavam lutando e que estavam ocupando lugares no Parlamento e estavam determinando e melhorando leis. (ENTREVISTADO 3)

Apenas no ano de 2003, primeiro ano do governo Lula, a categoria bancária não conquistou aumento real. A partir de 2004, ao final de todas as campanhas (e greves), os bancários somaram ganhos reais e valorização dos pisos e benefícios. Mesmo em 2016 e 2018, com os acordos bianuais, o princípio do ganho real foi garantido.

REAUSTES SALARIAIS NO SETOR BANCÁRIO - 2003 A 2018

ANO	INPC/IBGE*	PRIVADOS	BB	CEF	BNB
2003	17,52%	12,6% GR**: -4,19%	12,6% GR: -4,19%	12,6% GR: -4,19%	7% GR: -8,95%
2004	6,64%	8,5% GR: 1,74%	8,5% GR: 1,74%	8,5% GR: 1,74%	8,5% GR: 1,74%
2005	5,01%	6% GR: 0,94%	6% GR: 0,94%	6% GR: 0,94%	6% GR: 0,94%
2006	2,85%	3,5% GR: 0,63%	3,5% GR: 0,63%	3,5% GR: 0,63%	3,5% GR: 0,63%
2007	4,82%	6% GR: 1,13%	6% GR: 1,13%	6% GR: 1,13%	6% GR: 1,13%
2008	7,15%	10% GR: 2,66%	10% GR: 2,66%	10% GR: 2,66%	10% GR: 2,66%
2009	4,44%	6% GR: 1,60%	6% GR: 1,60%	6% GR: 1,50%	6% GR: 1,50%
2010	4,29%	7,5% GR: 3,08%	7,5% GR: 3,08%	7,5% GR: 3,08%	7,5% GR: 3,08%
2011	7,39%	9% GR: 1,5%	9% GR: 1,5%	9% GR: 1,5%	10% GR: 2,43%
2012	5,39%	7,5% GR: 2%	7,5% GR: 2%	7,5% GR: 2%	7,5% GR: 2%
2013	6,07%	8% GR: 1,82%	8% GR: 1,82%	8% GR: 1,82%	8% GR: 1,82%
2014	6,35%	8,5% GR: 2,02%	8,5% GR: 2,02%	8,5% GR: 2,02%	9% GR: 2,49%
2015	9,88%	10% GR: 0,12%	10% GR: 0,12%	10% GR: 0,12%	10% GR: 0,12%
2016	9,62%	8% + R\$ 3.500,00 + aumento real nos benefícios	8% + R\$ 3.500,00 + aumento real nos benefícios	8% + R\$ 3.500,00 + aumento real nos benefícios	8% + R\$ 3.500,00 + aumento real nos benefícios
2017	1,73%	2,75% GR: 1%	2,75% GR: 1%	2,75% GR: 1%	2,75% GR: 1%
2018	3,64%	5% GR: 1,31% Em 2019 haverá 1% de ganho real	5% GR: 1,31% Em 2019 haverá 1% de ganho real	5% GR: 1,31% Em 2019 haverá 1% de ganho real	5% GR: 1,31% Em 2019 haverá 1% de ganho real

Fontes: IBGE, Contraf-CUT, SEEB/CE, convenções e acordos coletivos do setor bancário e TST. Elaboração minha. *O índice INPC considerado corresponde ao acumulado de setembro do ano anterior a agosto do ano de referência. ** GR = ganho real.

3.6. Campanhas de 2016/2017 e 2018/2019: os acordos de dois anos

O ano de 2016 se destacou na história brasileira como o ano em que mais um mandatário do Brasil foi deposto via impeachment. Entretanto, diferente da primeira vez em que isso ocorreu³⁴, a presidente eleita, Dilma Rousseff (PT), não tinha contra ela qualquer crime concreto de responsabilidade, tratando-se claramente de um golpe político-institucional.

No Brasil de 1964, o engodo foi denominado de ‘revolução’. Nenhum golpista admite que se denomine sua ação em português claro: golpe de Estado. Em 2016 isso se repete no país. A presidente legitimamente eleita foi derrubada por um processo político baseado em leituras elásticas da Constituição e artimanhas jurídicas de diversos matizes, que tentam mostrar como lícito o conluio do Judiciário com um Parlamento em sua maior parte corrupta e uma mídia corporativa a serviço das elites financeiras (JINKINGS, Ivana. Apresentação: o golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe. In: CLETO, Murilo; DORIA, Kim; JINKINGS, Ivana (org.). Por que gritamos golpe. Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo. Boitempo, 2016. Edição Kindle. Posição 98).

Quando o vice-presidente Michel Temer (MDB) assumiu a presidência, todo o cenário político, econômico e sindical mudou. Já não era o governo com viés popular, e que valorizava o diálogo com os sindicalistas, que venceu as eleições. Dono de uma plataforma neoliberal, através de um programa de governo conhecido como Ponte para o Futuro, o MDB – partido de Temer – e seus aliados passaram a impor uma agenda que tendia para o privatismo e a retirada de direitos da classe trabalhadora.

A campanha nacional deste ano atravessou por este cenário de caos e estabilidade política, social e econômica. Passou por violentos ataques aos trabalhadores e pela falência da democracia, que foi golpeada com o início do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. Em meio a essa conjuntura tumultuada, iniciamos uma negociação com o setor que mais lucra na economia do país. Mais uma vez, a ganância sobrepôs a responsabilidade social. E os bancos endureceram para atender às nossas justas reivindicações (OSTEN, Roberto Von. Revista dos Bancários 2016, p. 3).

O mote da campanha salarial dos bancários neste ano foi “Só a luta de garante”, apropriado ao cenário de resistência e luta que os trabalhadores estavam enfrentando. A

34 O processo de impeachment de Fernando Collor de Mello aconteceu em 1992 e foi o primeiro do Brasil e da América Latina. Collor renunciou ao seu mandato em dezembro daquele ano, transferindo o cargo para seu vice, Itamar Franco. Collor era acusado de corrupção pelo próprio irmão, Pedro Collor de Mello.

campanha era representada por uma rosa que trazia a simbologia da igualdade, resistência, luta e tolerância. A luta é representada por uma espiral crescente; a tolerância e o respeito representados num coração; a igualdade, na simbologia do “8” que tem a ideia do infinito e a resistência está representada no galho e nos espinhos do caule, o que mantém e sustenta toda a luta.



Um mote tão forte precisava de uma imagem tão grandiosa quanto, para chamar os bancários a reverter essa conjuntura desestimuladora e entrar numa negociação com o setor que mais lucra na economia do país. A delicadeza de uma rosa foi escolhida para lembrar as discriminações que as pessoas sofrem nos bancos³⁵. Símbolos que representam igualdade, resistência, luta e tolerância completaram a construção (REVISTA DOS BANCÁRIOS 2016, p. 52).

A minuta de reivindicações da categoria foi entregue aos banqueiros no dia 9 de agosto de 2016 e as negociações iniciaram nos dias 18 e 19 daquele mês. Entretanto, após várias rodadas, os banqueiros apresentaram, no dia 29 de agosto, a proposta de reajuste de 6,5% ante uma inflação de 9,62%. Um dia depois dessa proposta, Dilma Rousseff foi impedida e Temer assumiu o poder.

Diante da proposta considerada insuficiente, o Comando Nacional dos Bancários informou que iria levá-la às assembleias de trabalhadores, mas que iria defender a sua rejeição. E assim aconteceu: as assembleias deliberaram, por quase unanimidade, que os bancários entrariam em greve a partir do dia 6 de setembro. Dessa forma, os bancários seriam a primeira grande categoria a entrar em greve após a posse de um governo

³⁵ Desigualdade de direitos, discriminação de gênero/opção sexual e até de salários entre novos e antigos, entre homens e mulheres.

golpista, privatista e neoliberal. E assim se iniciou a mais longa greve da categoria: 31 dias.

Diante do cenário político e econômico, a greve foi duríssima e, ao final, a categoria fechou em 2016 o primeiro acordo sem aumento real, após um longo período de ganho. Os banqueiros ofereceram para aquele ano 8% de reajuste, complementados por R\$ 3.500,00 de abono (política abandonada após a adoção do modelo de ganho real), além do perdão dos dias parados. Além disso, a proposta era de um acordo de 24 meses, garantindo à categoria 1% de aumento no ano seguinte, 2017 e garantindo também para este ano todas as conquistas garantidas em Convenção Coletiva para 2016.

A legislação permite que você faça negociações coletivas com, no máximo, 24 meses. Numa conjuntura absolutamente desfavorável, o acordo de dois anos visa não avanços, mas garantir os direitos, porque você fica com um prazo maior e não vai ter de passar aquele suplício de todos os anos tendo uma conjuntura feroz, muito mais ativa do que aquela que a gente viu no governo FHC, nos anos 90, veio agora com muito mais força e que já está causando estragos. A política econômica do governo Fernando Henrique não avançou o que se avançou agora de maneira muito forte como no caso da reforma trabalhista (ENTREVISTADO 3).

Em 2017, o principal debate que aglutinou sindicatos e trabalhadores se deu em torno do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 38/2017, mais conhecido como Reforma Trabalhista. A discussão veio num cenário que já era caótico para a população brasileira, diante do golpe institucional e de um governo golpista que só governava para empresários e para a elite. O PLC alterava cerca de 200 dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e derrubava várias súmulas do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que continham interpretações favoráveis aos trabalhadores. Entre elas, uma que previa a prorrogação do prazo de vigência dos acordos e convenções coletivas até que novos contratos fossem celebrados – a chamada ultratividade.

Mesmo com duros protestos das centrais sindicais, movimentos sociais e diversos setores da população, a reforma foi aprovada no Congresso e entrou em vigor em 11 de novembro de 2017 (lei 13.467/17).

Com a aprovação da reforma, o acordo de dois anos assinado pela categoria bancária mostrou-se ainda mais acertado, pois diante de um cenário totalmente controverso para a classe trabalhadora, os bancários garantiram reposição total da inflação em 1º de setembro de 2017 (data-base da categoria) e ainda 1% de aumento real

nos salários e todas as verbas. Além disso, numa política declarada de retirada de direitos, com a reforma e a terceirização irrestrita aprovadas, os bancários asseguraram, através da Convenção Coletiva válida até 31 de agosto e 2018, todos os direitos contratados, independente do desmonte da CLT promovido pelo governo.

Mesmo assim, o Comando Nacional dos Bancários tentou negociar com a Fenaban um documento que garantisse à categoria proteção contra a reforma trabalhista, após o vencimento da Convenção. Os bancários desejavam construir um termo de compromisso que protegesse empregos, resguardasse direitos históricos e que delimitasse os efeitos nocivos que poderiam advir diante das leis aprovadas no Congresso. Apesar da boa intenção do Comando, nada de concreto chegou a ser assegurado pela Fenaban para o ano seguinte.

3.6.1 2018 – A luta pela manutenção dos direitos

O principal mote da Campanha Nacional dos Bancários em 2018 foi a manutenção de todos os direitos já conquistados pela categoria e assegurados na Convenção Coletiva de Trabalho. O tema da campanha desse ano – Todos por Tudo – retratou esse pensamento.

Desde o golpe de 2016, o cenário veio ficando cada vez mais difícil para as negociações da classe trabalhadora. A aprovação da reforma trabalhista, que retirou a garantia de vários direitos dos trabalhadores, foi um dos fatores determinantes para esse quadro. A categoria bancária até então estava protegida dos efeitos da reforma por conta da assinatura de uma Convenção Coletiva de Trabalho com validade de dois anos em 2016, o que resguardou os direitos da categoria até 31 de agosto de 2018. Essa, portanto, seria a primeira campanha nacional dos bancários que aconteceria após a reforma.

Entretanto, um item presente na reforma trabalhista preocupava os dirigentes sindicais: o fim da ultratividade – princípio que garantia todos os direitos assegurados na Convenção Coletiva até se houvesse a contratação de um novo acordo.

Havia o temor de que os bancos promovessem um esfacelamento de nossa Convenção Coletiva (CCT), com a consequente perda de direitos. Além disso,

as demais categorias não estavam obtendo sucesso em suas negociações (CONTRAF, Revista dos Bancários, jan/2019).

Por conta disso, a campanha nacional dos bancários nesse ano foi antecipada, com a expectativa de que à época da data-base da categoria, 1º de setembro, ela já estivesse concluída. Uma forma de resguardar os direitos dos bancários. Sendo assim, os congressos, encontros e conferências relativas à campanha salarial também foram antecipados, fechando também antes uma pauta de reivindicações da categoria para ser discutida com a representação dos banqueiros, a Fenaban. A pauta foi entregue em 13 de junho, quando costumeiramente é entregue apenas em agosto. Na ocasião, os bancos haviam assumido o compromisso de encerrar a campanha antes da data-base.

Foram dez rodadas, sendo que a última tomou toda a semana entre os dias 21 e 27 de agosto. Todos os integrantes do Comando permaneceram em São Paulo para pressionar por uma proposta decente que pudesse ser apresentada aos trabalhadores. (...) Os representantes dos trabalhadores deixaram claro que aquela seria a semana derradeira. Sem uma proposta decente, os bancos estariam rompendo o compromisso assumido. (CONTRAF, Revista dos Bancários, jan/2019)

Nas primeiras rodadas de negociação, a Fenaban trouxe uma proposta com a retirada de vários direitos da categoria³⁶. Na primeira negociação, o Comando Nacional dos Bancários propôs a assinatura de um pré-acordo que garantisse os direitos da categoria, mas os representantes patronais não concordaram. Além disso, inicialmente, os banqueiros ofereciam uma proposta de reajuste que não recuperava sequer a inflação do período.

Entretanto, após dez duras rodadas de negociação, no dia 31 de agosto de 2018, um dia antes da data-base, quando encerrava a vigência da CCT 2016/2018, os sindicatos assinaram uma nova Convenção, também com validade de dois anos – até 31 de agosto

³⁶ Os bancos propuseram pagar PLR menos para bancárias em licença-maternidade e PLR proporcional aos trabalhadores afastados por licença-saúde; diminuir de 120 para 90 dias para o adiantamento emergencial em casos de recursos junto ao INSS; retirada da proibição de ranking individual para reduzir a pressão por metas; fim do salário do substituto; redução do prazo de apresentação de recibos para reembolso do auxílio-creche de 30 para 10 dias; fim do adicional de insalubridade e periculosidade; mudanças nas regras da gratificação de função com prejuízos para os trabalhadores

de 2020. A categoria conquistou aumento real de 1,31% em 2018 e garantiu 1% de ganho real para 2019, além da manutenção de todos os direitos da Convenção anterior. Em tempo de ataques às entidades sindicais e à organização dos trabalhadores, promovida pelo atual governo, a Convenção Coletiva dos Bancários 2018/2019 também garantiu um modelo de organização sindical e de financiamento que ajudaram às entidades a preservar a luta em defesa dos trabalhadores³⁷.

Uma pauta específica para os trabalhadores bancários que se tornou um tema importante nessa campanha foi relativa à hipersuficiência. A reforma trabalhista determinou que empregados com remuneração superior a duas vezes o teto de benefícios do INSS (equivalente a cerca de R\$ 11.000) e ensino superior estabelecerão individualmente suas condições de trabalho diretamente com o empregador, ainda que prevejam condições de trabalho inferior às da CCT. A determinação atingia à época das negociações cerca de 20% da categoria em todo o País (92 mil de um universo de 500 mil bancários). No Ceará, cerca de 3 mil bancários estavam situados nesse patamar (mais de 30% dos bancários no Estado).

Em mesa de negociação, o Comando Nacional dos Bancários procurou deixar claro que não é porque parte dos bancários preenchiam esses requisitos (salários e escolaridade mais elevados) que ele se tornava “hipersuficiente” e capacitado a negociar com o patronato. Como qualquer outro empregado de bancos, esse trabalhador estava submetido a uma relação de emprego (patrão x empregado) e não deixava de ser economicamente dependente de seu empregador. Os dirigentes alertaram que essa

³⁷ Ficou garantido, a partir de um aditivo específico de Relações Sindicais, presente na Convenção Coletiva, compromissos como: taxa negocial (uma porcentagem sobre o pagamento da PLR) e o desconto em folha das mensalidades associativas, como forma de garantir a manutenção das entidades e a organização dos trabalhadores. Ficaram garantidas ainda a estabilidade dos dirigentes sindicais, seu acesso aos locais de trabalho, a facilidade para campanhas de sindicalização, liberações para delegados sindicais, entre outras conquistas. Isso foi determinante após o governo Bolsonaro tomar posse e baixar diversas Medidas Provisórias, mesmo que controversas, buscando claramente o enfraquecimento das entidades sindicais, como foi visto na MP 873 – que proibiu o desconto em folha às entidades, mas acabou sendo alvo de diversas liminares dos sindicatos de bancários, e de outras categorias, por ser inconstitucional e porque, de acordo com a CCT dos Bancários, esse direito estava assegurado. Posteriormente, a MP perdeu a validade. (Fonte: CCT Relações Sindicais, disponível em <http://www.sintecto.org.br/wp-content/uploads/2018/11/CCT-Rela%C3%A7%C3%B5es-Sindicais-CONTEC-Fenaban-2018.pdf>, consulta em 17 de novembro de 2019).

medida concedia ainda mais autonomia ao capital para estabelecer relações trabalhistas desfavoráveis a esse nicho de trabalhadores.

Após intenso debate durante várias rodadas de negociação com a Fenaban, o Comando Nacional garantiu a inclusão dos trabalhadores considerados hipersuficientes na Convenção Coletiva da categoria, garantindo a eles todos os direitos contratados.

Como estratégias de luta que já se desenham para a categoria em 2019 estão a defesa dos bancos públicos e da Previdência Social pública e digna para todos os trabalhadores, frente às ameaças do governo federal de realizar privatizações em grande escala e da apresentação de um projeto de reforma da Previdência com vários itens prejudiciais à classe trabalhadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como temos demonstrado durante todo o contexto desse trabalho, a greve tem sido um dos principais, senão o principal, instrumento de luta da classe trabalhadora, desde os princípios da luta de classes.

A mais breve análise sobre o movimento operário e sindical ao longo da história mostra que o processo grevista é a forma mais eficiente de que dispõem os trabalhadores para se contrapor à dominação do capital, como forma de resistência às precárias condições de trabalho, à opressão e à luta pela conquista de direitos. Embora o movimento grevista mude de intensidade de acordo com a conjuntura política vigente, o cerne do processo gira sempre em torno de uma dessas motivações. E, certamente, a ação sindical também é predominante nesse esquema.

Com relação à categoria bancária, a automação do trabalho, terceirização, privatização de bancos públicos e enxugamento do quadro funcional nos bancos privados devido às mudanças tecnológicas no ambiente de trabalho, modificaram também a atuação sindical, assim como influenciaram nas pautas de reivindicação dos bancários.

A conjuntura política, como já dissemos, também tem influenciado nesse processo. Durante os anos 1980, com a abertura política no Brasil depois de mais de duas décadas de ditadura, as greves tinham um contexto de reposição salarial diante de um severo período inflacionário. Nos anos 1990, podemos observar que houve um significativo decréscimo no número de greves, coincidindo com o advento da política neoliberal no país e juntando-se a um cenário de perseguição política nos bancos federais, de reajuste zero e política de abono. Já nos anos 2000, com a vitória política de um governo progressista e a abertura de um canal de diálogo entre governo e movimento sindical, houve um novo fortalecimento do movimento grevista, inclusive, se percebendo uma mudança significativa no cerne da pauta de reivindicações dos trabalhadores: que passaram de um viés defensivo de reajuste salarial e defesa de direitos à luta por novas conquistas de cunho social e uma política de aumento real de salário, fortalecendo a

estratégia de unidade da categoria e reforçando a recomposição do poder de compra do bancário.

No que diz respeito ao movimento sindical bancário, o destaque é a organização nacional da categoria, que dispõe de uma Convenção Coletiva de Trabalho válida em todo o país desde o ano de 1992, embora, apenas em 2005 todos os bancos tenham se tornado signatários dela. Os direitos contratados junto à representação dos bancários são vigentes para todos os estados do Brasil, assim como todos os reajustes e benefícios.

Também dessa forma, a movimentação realizada em torno da organização da campanha salarial anual da categoria bancária também obedece à uma estrutura nacional.

A data base da categoria é 1º de setembro, entretanto já no início do ano se organiza um calendário nacional de eventos voltados à construção da pauta de reivindicações da categoria: encontros locais por estado, conferências regionais, encontros nacionais por bancos e conferência nacional da categoria. Paralelamente, se discute também a campanha de mídia daquele ano que vai dialogar com a categoria, com a imprensa e com a sociedade, mostrando a todos os principais eixos da campanha para aquela ocasião. Esse ritual é seguido ano após ano.

Apesar do caráter nacional do movimento sindical bancário, os sindicatos locais têm importância fundamental nesse processo, pois esses também seguem um ritual no comando da greve. A deflagração da greve é orientada nacionalmente seguindo a estratégia da unidade, procurando passar para o patronato uma importante demonstração de força e mobilização. A partir daí, cada sindicato conduz a greve da maneira que acreditar, de acordo com o que determinar a categoria em assembleia.

Baseado também num conhecimento empírico, também temos participado desse processo, colaborando para a elaboração dessa “artesanaria”, sobretudo no Sindicato dos Bancários do Ceará. A partir do período estudado, mais especificamente nos anos 2000, temos observado greves ano a ano, com características específicas.

Inicialmente nesse período, por exemplo, as assembleias avaliativas da greve eram realizadas diariamente, onde se avaliava o movimento daquele dia e se traçava estratégias

para o dia seguinte: possíveis manifestações, pontos críticos onde se precisava de mais apoio, análise da progressão da adesão ao movimento grevista etc.

Com o passar dos anos na década de 2000 e o advento dos meios de comunicação digitais, as assembleias avaliatórias passaram a ser realizadas um ou duas vezes por semana, apenas, onde se tratavam as estratégias para os próximos dias. Exemplo disso, a categoria delibera, para além dos comitês de esclarecimento espalhados pelas agências bancárias, pela realização de passeatas, atividades lúdicas e bem-humoradas, como distribuição de bananas, cachorros quentes, almoço coletivo, atividades pontuais em unidades onde a categoria encontra dificuldades de se organizar, entre outras movimentações. Tudo isso aliado ao calendário de luta nacional.

E mesmo diante de sucessivos artifícios adotados pelo patronato, como uso arbitrário de alguns instrumentos jurídicos e diversas práticas antissindicais para burlar o movimento grevista, as greves dos bancários nos últimos anos têm conquistado importantes vitórias para a categoria.

Além da conquista sucessiva de aumentos reais nos anos 2000 (com estratégia de modelos mais vantajosos para o pagamento da PLR), a categoria conquistou ampliação da licença maternidade e paternidade, igualdade de direitos para homoafetivos e seus dependentes, inclusão de bancários de bancos públicos e privados na mesma Convenção Coletiva, instrumentos de combate ao assédio moral nas agências, melhorias no cálculo da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), valorização do piso salarial, melhoria na segurança bancária, avanços em programas de reabilitação após afastamentos por licença saúde, combate às metas abusivas e, nos últimos dois acordos, de vigência bianual, a proteção e garantia de direitos diante das ameaças concretas da nova legislação trabalhista.

Independente das mudanças na legislação – reforma trabalhista, lei da terceirização etc. – os acordos bianuais também se mostraram estratégias acertadas, na medida que garantiu direitos históricos da categoria conquistados ao longo dos anos, num cenário totalmente adverso para os trabalhadores.

Além disso, toda esse histórico demonstra ainda o amadurecimento do processo de organização da categoria bancária que saiu de um cenário privatista e ameaçador na

década de 90, com uma restrita atividade sindical, por motivos óbvios, a um fortalecimento e valorização do processo de mesa única de negociação, nos anos 2000, quando se valorizou o diálogo na busca por melhores condições de trabalho, pautas sociais e, claro, reajustes, sempre acima da inflação. Mesmo com greve todos os anos, o canal do diálogo e da mesa de negociação continuava aberto, até que os impasses que levaram à greve fossem superados e a categoria unida em assembleia pudesse deflagrar o fim do movimento grevista, aceitando uma proposta construída em mesa de negociação entre representantes dos banqueiros e dos bancários. E a própria CCT vem servindo como balizador patronal, na medida em que estabelece direitos mínimos assegurados aos trabalhadores do setor financeiro.

Diante disso, podemos observar que o movimento grevista foi um importante instrumento de luta que ajudou a conquistar esses benefícios e também como evento mobilizador da categoria, quando os bancários se unificam em todo o país em prol de um movimento que virá a beneficiar a todos. Entretanto, é possível aqui apontar alguns desafios à categoria bancária nesse sentido: diante da atual conjuntura política e às rápidas transformações no mundo trabalho, especialmente no universo bancário (automação, novas tecnologias, novos modos de trabalho), a greve tradicional – de fechar banco – é realmente ainda a melhor maneira de se contrapor ao banqueiro?

Funções tradicionais dentro das agências bancárias estão sendo eliminadas, como escriturários e caixas, e novas funções estão surgindo, exigindo mais qualificação e sem remuneração proporcional. A própria ideia de “agência bancária” está sendo questionada pelos bancos, que agora preferem chamá-las de “pontos de atendimento”, “pontos de venda”, “agência/loja de negócios” etc. Diante dessas mudanças, o movimento sindical bancário deve estudar rapidamente um processo de “reinvenção”, no sentido de apontar novas formas de se contrapor a essas empreitadas do patronato.

Atualmente, segundo o Dieese, o movimento sindical bancário enfrenta novos desafios como digitalização das atividades bancárias, com fechamento de pontos físicos de atendimento e criação das chamadas agências digitais e isso resulta também em fechamento de postos de trabalho, diminuindo cada vez mais o tamanho da categoria, o que o Dieese classifica como “Indústria 4.0 nos bancos”.

O SETOR FINANCEIRO BRASILEIRO E AS INOVAÇÕES

- Digitalização das transações financeiras (depósito, transferência, saques, consultas, etc.);
- Digitalização das áreas de apoio (exemplo: caixa eletrônico reciclador);
- Inteligência Artificial (oferta de produtos, comunicação interna e com clientes) – Exemplo: BIA Bradesco Inteligência Artificial; Chatbots;
- Fintechs ;
- Novos Modelos de negócios (banco em “plataforma”) – “Banco Next”, Banco Original, Banco Inter, etc;
- Novos Modelos de Trabalho – Home Office; agências digitais; Banco de Horas, entre outros.

ENQUANTO ISSO. NÚMERO DE AGÊNCIAS FÍSICAS, ATM'S, PAB'S E PAE'S DIMINUI NO PAÍS



■ Posto de atendimento eletrônico (PAE)
 ■ Posto de atendimento bancário (PAB)

FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL



Fonte: Dieese/CE

Para especialistas no setor, essas novas formas deveriam buscar a expansão da eficácia da greve, pois só fechar a porta do banco não parece mais ser o suficiente. Hoje, já são apontadas novas estratégias de luta como o trabalho em ritmo lento (a velha “operação tartaruga”, tão difundida nos anos 80) e até mesmo greves virtuais, onde os sites dos bancos e seus sistemas fiquem lentos, abrindo um leque de novas possibilidades aos trabalhadores de exercerem seu direito de greve. Além do mais, em muitas situações, os bancos brasileiros têm sido vistos como “vilões da economia”, pois mesmo em situações de crise econômica, seguem apresentados lucros exorbitantes, com aplicações de juros e tarifas altíssimas ao consumidor, que muitas vezes, cobrem as suas folhas de pagamento de funcionários e ainda sobra.

Só os cinco maiores bancos do país – Itaú, Bradesco, Caixa, BB e Santander – lucraram mais de R\$ 43 bilhões somente este ano, mas querem mais, com demissões e menos agências. Estudos mostram que apenas com a arrecadação das instituições com tarifas, os bancos pagam as folhas de pagamento. E ainda sobra. Somente no mês de setembro, de acordo com levantamento feito pela Contraf-CUT com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), já foram cortados 1.928 postos de trabalho nas instituições financeiras. O saldo entre contratações e demissões é negativo e já alcança 3.328 empregos. O Comando Nacional dos Bancários defende que haja um bom atendimento ao cliente e para isso é necessário ter mais trabalhadores nas

agências. Os bancários também têm conversado com a sociedade, no sentido de alertar sobre a necessidade haver agências físicas e de os bancos serem obrigados a atender os cidadãos. É importante ressaltar que os bancários não são contrários à implementação de novas tecnologias, mas que é preciso capacitar trabalhadores para que se adaptem às mudanças e, principalmente, que os empregos sejam preservados. (TB 1597, ed. 18 a 23 de novembro de 2019, p. 8)

Estratégias como mesa única de negociação, nacionalização do movimento grevista e das campanhas salariais e até mesmo a assinatura de acordos bianuais para assegurar direitos se mostraram até aqui decisões acertadas do Comando Nacional dos Bancários como forma de instrumentos de luta fundamentais da categoria bancária e os sindicatos têm desempenhado um papel imprescindível nesse processo.

Entretanto, como já dissemos anteriormente, o cenário político influi sobremaneira sobre a organização e atuação do movimento sindical bancário. Diante da situação política e econômica atual no Brasil, após a eleição para a presidência de um representante da extrema-direita, Jair Bolsonaro (PSL), com apenas cerca de seis meses de governo, tem mostrado a que veio: governa basicamente através da edição de decretos presidenciais, burlando o debate de temas importantes no Congresso, com o objetivo de validar suas vontades de forma imediata. Em tempo, o governo tem editado medidas e encaminhado projetos de lei todos com viés contrário às pautas defendidas pelo movimento sindical, como a Reforma da Previdência, que penaliza, sobretudo, os mais pobres. No horizonte, se vislumbram ainda pautas nefastas desse governo como o sistema de capitalização para a aposentadoria³⁸, a carteira e trabalho verde-amarela³⁹ e o fim da unicidade sindical⁴⁰.

³⁸ Na capitalização, o trabalhador faz a própria poupança para sua aposentadoria. Entre 1981 e 2014, 30 países modificaram seu sistema – seja completamente ou uma parte dele – para adotá-la. Até o ano passado, 18 desses países já haviam feito uma nova reforma, revertendo ao menos em parte as mudanças, pois o sistema tem deixado à beira da miséria essa parte da população. A medida vinha sendo discutida dentro da proposta de reforma da Previdência, mas foi retirada pelo Congresso. Por sua vez, o governo não desistiu da ideia e pretende apresentá-la ainda posteriormente, reforçada pela pressão dos bancos em cima do governo já pensando em lucrar ainda mais com esse nicho de atuação.

³⁹ A ideia é aprofundar a reforma trabalhista, pois para o presidente Bolsonaro, o trabalhador brasileiro tem direitos em excesso. Ainda não está completamente claro como o governo federal pretende implementar essa ideia, mas basicamente seria uma carteira de trabalho onde o trabalhador abriria mão de vários de

Além dos ataques futuros prometidos pelo governo, medidas concretas para enfraquecer os sindicatos e demais entidades representativas dos trabalhadores já foram tomadas, como a Medida Provisória 873 que, entre outras coisas, restringe a contribuição sindical a pagamentos via boletos enviados à residência do associado. Entretanto, diversas entidades sindicais⁴¹ tem conseguido liminares na Justiça que vem considerando a MP inconstitucional⁴².

Esses são alguns dos novos desafios que estão postos ao movimento sindical bancário que serão enfrentados nos próximos anos pelas novas gerações de sindicalistas.

seus direitos, beirando à informalidade. A medida constava do programa de governo do presidente quando candidato.

⁴⁰ A Unicidade sindical é o princípio de que um só sindicato representa uma categoria em determinada região do país. Segundo rumores dentro do governo, a expectativa é que esse assunto passe a ser debate logo após a tramitação da reforma da Previdência, acabando a unicidade sindical e abrindo a possibilidade de se criar vários sindicatos dentro de uma mesma categoria, enfraquecendo o poder dessas entidades.

⁴¹ Entre elas, o Sindicato dos Bancários do Ceará e a Federação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro no Nordeste (Fetrafi/NE)

⁴² O artigo 8º da Constituição Federal garante o desconto em folha às entidades sindicais. Além disso, no caso dos bancários, a própria CCT da categoria, traz cláusula autorizando o desconto em folha das contribuições, portanto, além de ferir a Constituição, a MP fere ainda a Convenção Coletiva e a própria Reforma Trabalhista, que assegura que o contratado vale mais do que o legislado. Por isso, as vitórias na Justiça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, João Batista. **Documentário: Greve!**. Canal Regina Egger. 1979. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=8p8Bwdnsoc>. Acesso em 13 de abril de 2019.

ANTUNES, Ricardo. **O que é Sindicalismo**. 7ª edição. São Paulo: ed. Brasiliense, 1982.

BARELLA, Murilo. **Remuneração Bancária: Conceitos, composição e orçamento familiar aproximado**. São Paulo: DIEESE. Junho de 2005.

BERNARDO, João. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores – ainda há lugar para os sindicatos?**. São Paulo: editora Boitempo. 2000.

CHESNAIS, François. **Mundialização: o capital financeiro no comando**. Revista Outubro, edição 05, 2001. Disponível em <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-5-Artigo-02.pdf>. Acesso em 06 de maio de 2019.

CLETO, Murilo; DORIA, Kim; JINKINGS, Ivana (org.). **Por que gritamos golpe. Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo. Boitempo, 2016. Edição Kindle. Sem paginação.

CONTRAF. **Caderno de Subsídios para a 19ª Conferência Nacional dos Bancários**. São Paulo: 2017. Disponível em: <https://contrafcut.com.br/publicacoes/publicacoes-caderno-de-subsidios-para-a-19-conferencia-nacional-dos-bancarios-301f/>. Acesso em 23 de abril de 2019.

CONTRAF. **Revista dos Bancários 2015**. Disponível em: Disponível em: <https://contrafcut.com.br/publicacoes/publicacoes-revista-dos-bancarios-2015-9697/>. Acesso em: 07 de abril de 2019.

CONTRAF. **Revista dos Bancários 2016**. Disponível em <https://contrafcut.com.br/publicacoes/publicacoes-revista-dos-bancarios-2016-0406/>. Acesso em 07 de junho de 2019.

CONTRAF. **Revista dos Bancários 2018**. Disponível em <https://contrafcut.com.br/publicacoes/publicacoes-revista-dos-bancarios-2018-1ca7/>. Acesso em 11 de junho de 2019.

COSTA, Walber Carrilho da. **Sindicalização e greves: história recente do movimento sindical brasileiro**. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/fevereiro2012/historia_artigos/1walbercarrilho_artigo.pdf. 2012. Acesso em 01 de abril de 2019.

COUTINHO, Grijalbo Fernandes. **Terceirização Bancária no Brasil: Direitos Humanos violados pelo Banco Central**. São Paulo. LTR Editora: 2011.

DIEESE. **A Situação do Trabalho no Brasil na Primeira Década dos anos 2000**. São Paulo: 2012. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/livro/2012/livroSituacaoTrabalhoBrasil.html>. Acesso: em 29 de outubro de 2019.

DIEESE. **A Inovação Tecnológica Recente no Setor Financeiro e os Impactos nos Trabalhadores**. Nota Técnica nº 184. Julho de 2017. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec184TecnologiaBancaria.pdf>. Acesso em 30 de abril de 2019.

DIEESE. **A importância da organização sindical dos trabalhadores**. Nota técnica nº 177. Abril de 2017. Disponível em: www.dieese.org.br/notatecnica. Acesso em 01 de maio de 2019.

DIEESE. **Balço das greves 2018**. Estudos e Pesquisas. Abril de 2019. Disponível em: www.dieese.org.br. Acesso em: 09 de abril de 2019.

DIEESE, Associação Brasileira de Vídeo Popular (ABVP). **Documentário: Nossos Bravos. 1983**. Canal TV PUC. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=kiMu7Xscit8>. Acesso em 11 de outubro de 2019.

FANTÁSTICO – REDE GLOBO DE TELEVISÃO. **Revolução digital impacta saúde do trabalhador brasileiro e cria os infoproletários**. Exibição dia 28 de abril de 2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7575115/>. Acesso em: 06 de maio de 2019.

GRISCI, Carmem Ligia Iochins; BESSI, Vânia Gisele. **Modos de trabalhar e de ser na reestruturação bancária**. Revista Sociologias. Jul-Dez 2004. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222004000200007. Acesso em 28 de abril de 2019.

HIRZMAN, Leon. **1979/90 Documentário: ABC da Greve**. 1990. Canal Cao Vida Louca. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2hhFk0cml6Y>. Acesso em 12 de abril de 2019.

KAREPOVS, Dainis (Coord.) **A História dos Bancários – lutas e conquistas 1923 – 1993**. Sindicato dos Bancários e Financieiros de São Paulo, Osasco e Região, 1994.

LARANGEIRA, Sônia M.G.. **Reestruturação produtiva no setor bancário: a realidade dos anos 90**. *Educ. Soc.* [online]. 1997, vol.18, n.61, pp.110-138. ISSN 0101-7330. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73301997000400006&script=sci_abstract&tling=pt. Acesso em 28/04/2019.

LEITE, Márcia de Paula. **O movimento grevista no Brasil**. 1ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense.

LÊNIN, V.I. **Sobre as greves**. Editorial Vitória Ltda., Rio, novembro de 1961. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1899/mes/greves.htm>

Acesso em 08 de abril de 2019.

LÊNIN, V.I. **Sobre o papel e as tarefas dos sindicatos nas condições da nova política econômica**. Editorial Vitória Ltda., Rio, novembro de 1961. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1922/01/04.htm>. Acesso: 08 de abril de 2019.

MAGALHÃES, Fabiano Rosa. **ESTRATÉGIAS DE RUA: manifestações político-sindicais do Sindicato dos Bancários na Praça Sete de Belo Horizonte**. Minas Gerais. PUC-MG: Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Ciências Sociais. 2008. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/CiencSociais_MagalhaesFR_1.pdf. Acesso em 05 de maio de 2019.

MARX, Karl. **O Capital - livro I - Crítica da Economia Política - o processo de produção do capital**. Editora Boitempo. São Paulo: 2013.

MARTINS, Heloísa de Souza; RODRIGUES, Iram Jácome. **O Sindicalismo brasileiro na segunda metade dos anos 90**. *Tempo Social; Rev. Social. USP*: São Paulo. 11 (2). 155-182, outubro de 1999 (editado em fevereiro de 2000). <http://www.periodicos.usp.br/ts/article/view/12311/14088>. Acesso em 02 de abril de 2019.

MIRANDA, Maria Bernadete. **Ensaio: História do Sindicalismo no Brasil**. <http://www.direitobrasil.adv.br/arquivospdf/revista/revistav51/ensaios/be1.pdf>. Revista Virtual Direito Brasil, volume 5, número 1. 2011. Acesso em: 01 de abril de 2019.

PARES, Ernesto Germano. **História do Movimento Sindical no Brasil**. Rio de Janeiro. 1990.

PAULANI, Leda Maria. **Não há saída sem a reversão da financeirização. Estudos Avançados**, n. 31. 2017. Disponível em: <https://mail.google.com/mail/u/0/#inbox/FMfcgxwCgVVkWcxpCcTWswKcMBFktrxC>. Acesso em 04 de maio de 2019.

POCHMANN, Márcio. **Desafios atuais do sindicalismo brasileiro**. In: Sindicatos y nuevos movimientos sociales en América Latina. Enrique de La Garza Toledo (compilador). Coleção: Grupos de Trabajo de CLACSO. Buenos Aires: Argentina. 2005. 224p. Disponível em: <http://articulacaosindical.com.br/system/uploads/searched/46f739d6140985532699cfc14a39d3fe/file/desafios-sindicalismo-brasileiro-pochmann.pdf>. Acesso em 02 de abril de 2019.

SANTANA, Marcos Aurélio. **O Sindicalismo Brasileiro nos anos 1980 – 2000: do ressurgimento à reorientação**. Rede de Estudos do Trabalho: ano 5, número 8. 2011. Disponível em http://www.estudosdotrabalho.org/11%20_%208%20Articulo%20Marco%20Santana.pdf. Acesso em 02 de abril de 2019.

SANTANA, Marco Aurélio. **Classe Trabalhadora, conflito político e democracia: o ciclo de greves do ABC Paulista e os desafios do sindicalismo atual**. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. no.104 São Paulo maio/ago. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452018000200019&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 06 de maio de 2019.

SEVERO, Ricardo Gonçalves. **Apontamentos sobre a greve dos bancários de Pelotas/RS e sua compreensão como ritual político**. *Revista Café com Sociologia*, v.5, n. 2, 2016. Disponível em: <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/585>. Acesso em 03 de maio de 2019.

SILVA JL, NAVARRO VL. **Organização do trabalho e saúde de trabalhadores bancários**. Ver. *Latino-Am. Enfermagem* [internet]. Mar-Abr 2012. Acesso em 25/04/2019; [09 telas]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692012000200003&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em 05 de maio de 2019.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ. **Tribuna Bancária Edição 911**. De 22 a 31 de dezembro de 2005. Disponível em: http://www.bancariosce.org.br/jornal_detalhes.php?cod_noticia=93&cod_jornal=14&cod_jornal_secao=1. Acesso em 07 de abril de 2019.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ. **Tribuna Bancária Edição 950. De 16 a 20 de outubro de 2006**. Disponível em:

http://www.bancariosce.org.br/jornal_detalhes.php?cod_noticia=583&cod_jornal=52&cod_jornal_secao=1. Acesso em 17 de maio de 2019.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ. **Tribuna Bancária Edição 951**. De 23 a 27 de outubro de 2006. Disponível em: http://www.bancariosce.org.br/jornal_detalhes.php?cod_noticia=597&cod_jornal=53&cod_jornal_secao=1. Acesso em 19 de maio de 2019.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ. **Tribuna Bancária Edição 999**. De 15 a 19 de outubro de 2007. Disponível em http://www.bancariosce.org.br/jornal_detalhes.php?cod_noticia=1293&cod_jornal=101&cod_jornal_secao=1. Acesso em 07 de abril de 2019.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ. **Tribuna Bancária Edição 1356**. De 20 a 25 de outubro de 2014. Disponível em: http://www.bancariosce.org.br/arquivos/files/tribuna_bancaria_PDF/TB_1356.pdf. Acesso em 17 de maio de 2019.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ. **Tribuna Bancária Edição 1463**. De 13 a 18 de fevereiro de 2017. Disponível em: http://www.bancariosce.org.br/jornal_detalhes.php?cod_noticia=25581&cod_jornal=3448&cod_jornal_secao=1. Acesso: 11 de junho de 2019.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ. **Tribuna Bancária Edição 1531**. De 2 a 7 de julho de 2018. Disponível em: http://www.bancariosce.org.br/jornal_detalhes.php?cod_noticia=26900&cod_jornal=3640&cod_jornal_secao=1. Acesso em 11 de junho de 2019.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ. **Tribuna Bancária Edição 1597**. De 18 a 23 de novembro de 2019. Disponível em: http://www.bancariosce.org.br/jornal.php?cod_jornal=3826&cod_jornal_secao=1. Acesso em: 17 de novembro de 2019.

SOARES, José Luiz. **O que terá acontecido ao sindicalismo no Brasil (2003-2014)**. Revista [Sociologia & Antropologia](#); Rio de Janeiro. Vol.6, Ed. 2, (Aug 2016): Disponível em: <https://search.proquest.com/openview/595300527d5c0fe235e76a721b3db991/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2029977>. Acesso em 03 de maio de 2019.